JORNALISMO & JORNALISTAS

Diretora: Maria Flor Pedroso >> **JJ** é uma edição quadrimestral do Clube de Jornalistas >> n.º 81 Maio/Setembro 2023 >> 2,50 Euros

JASON LEUNG, UNSPLASH

JORNALISMO E DISCURSO DE ÓDIO

EFEMÉRIDE

40.º ANIVERSÁRIO DO CLUBE

ENTREVISTA VÍTOR SERPA **JANELAS PARA O MUNDO** JOSÉ CARLOS PRATAS
HISTÓRIAS DE JORNALISTAS A EDIÇÃO CONTRAFEITA DO *JANEIRO*
SINDICATO NOVO CONTRATO COLETIVO

BOLSA UNIVERSITÁRIA DE MÉRITO

apifarma

CRUP

Mais informações:

EU TENHO OPORTUNIDADE DE ESTUDAR

A Bolsa Universitária de Mérito APIFARMA apoia alunos com reconhecido mérito académico e em situação de vulnerabilidade económica.

Candidaturas abertas até 31 de agosto de 2023

Com o Alto Patrocínio de Sua Excelência

O Presidente da República

N.º 81 MAIO/SETEMBRO 2023

Diretora Maria Flor Pedroso

Diretores-adjuntos Eugénio Alves
Paulo Martins

Conselho Editorial Fernando Cascais
Fernando Correia
Francisco Mangas
José Carlos de Vasconcelos
Manuel Pinto

Grafismo José Souto

Secretária de Redação Palmira Oliveira

Colaboram neste número

Álvaro Costa de Matos, Ana Baião, Beatriz Maciel, Catarina Seabra, Corrêa dos Santos, Diana Quintela, Eugénio Alves, Fernando Ricardo, Gonçalo Pereira Rosa, Herberto Gomes, Hugo Moreira, Inácio Ludgero, João Miguel Rodrigues, José Carlos Pratas, José Martins, Luís Bonixe, Luís Filipe Simões, Maria Flor Pedroso, Mário Rui Cardoso, Marisa Torres da Silva, Marta Abreu, Orlando César, Paula Gouveia, Paulo Martins, Pedro Rocha e Rui Paiva.

A ortografia dos artigos publicados nesta revista corresponde à opção dos respetivos autores.

Propriedade CJ - CLUBE DE JORNALISTAS
Direção: Maria Flor Pedroso (presidente); Cesário Borga e Francisco Belard (vice-presidentes); Alexandra Machado, Eva Henningsen, Patrícia Fonseca e Rui Cardoso (vogais)
NIF/NIPC: 501419462
Número de registo do título: 127899
Estatuto Editorial disponível em: www.clubedejornalistas.sapo.pt

Impressão Imprensa Nacional
Casa da Moeda, SA
Avenida de António José de Almeida
1000-042 LISBOA

A produção desta revista só se tornou possível devido aos seguintes apoios:
- Casa da Imprensa
- Imprensa Nacional Casa da Moeda
- Fundação Inatel

Dep. Legal: 146320/00
ISSN: 0874 7741
Preço: 2,50 Euros

Tiragem deste número 2.000 ex.

Editora Patrícia Fonseca
R. das Trinas, 27,R/C

Redação, Distribuição, Venda e Assinaturas Clube de Jornalistas
R. das Trinas, 129
1200 Lisboa
Telef. - 213965774
e-mail:
cj@clubedejornalistas.pt

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS SÓCIOS DO CLUBE DE JORNALISTAS E AOS ASSOCIADOS DA CASA DA IMPRENSA
PERIODICIDADE QUADRIMESTRAL

SUMÁRIO

6 ANÁLISE
JORNALISMO E DISCURSO DE ÓDIO
Estamos a conseguir lidar com políticos que usam a discriminação e a intolerância como estratégia? Desta interrogação parte um dossiê que também aborda os ataques a jornalistas - logo, ao Jornalismo.
Jornalistas à beira de um ataque de ódio
Marisa Torres da Silva
Quando somos são o alvo **Paulo Martins**
Ofensiva online já atingiu quase metade
Beatriz Maciel e Marta Abreu

20 EFEMÉRIDES
40º ANIVERSÁRIO DO CLUBE DE JORNALISTAS

BICENTENÁRIO DO NASCIMENTO DE HENRIQUES NOGUEIRA
O jornalismo como contrapoder e tribuna ideológica **Álvaro Costa de Matos**

32 HOMENAGEM
Fernando Valdez (1949-2023): Um lutador
Orlando César

33 UM DIA NA REDAÇÃO
Contar o Alentejo a partir de Portalegre
Catarina Seabra e José Martins

36 ENTREVISTA VÍTOR SERPA
"A evolução do Jornalismo não pode ser a sua degradação" **Eugénio Alves e Paulo Martins**

44 JANELAS PARA O MUNDO
José Carlos Pratas, desenhador de fotografias

50 HISTÓRIAS DE JORNALISTAS
A edição contrafeita do *Janeiro*
Gonçalo Pereira Rosa

56 SINDICATO
Contrato inovador relança a carreira de jornalista **Luís Filipe Simões**

58 JORNAL – NOTÍCIAS
Prémio Jornalismo em Saúde distingue dez mulheres

I Congresso dos Jornalistas dos Açores

63 JORNAL – LIVROS

64 JORNAL – SITES
Confiança nas notícias em queda
Mário Rui Cardoso

Assine a JJ

JJ – *Jornalismo e Jornalistas*
A única revista portuguesa editada por jornalistas exclusivamente dedicada ao jornalismo

Indispensável para estudantes, professores, investigadores e todos os que se interessam pelo jornalismo em Portugal e no mundo

Pretende ter um acesso fácil e seguro à JJ?

Assine a nossa revista, recebendo em sua casa, regularmente, os três números que editamos por ano, bastando enviar-nos os elementos constantes do cupão junto

Dossiês ● análises ● entrevistas ● notícias ● recensões ● crónicas ● comentários ● memórias
Imprensa ● Rádio ● Televisão ● Jornalismo digital ● Fotojornalismo ● Cartunismo

Ao longo de mais de 20 anos, a JJ tem-se afirmado, quer nas salas de redacção quer nas universidades, como uma ferramenta fundamental para todos os que pretendem estar informados sobre a reflexão e o debate que, no país e no estrangeiro, se vão fazendo sobre o jornalismo e os jornalistas.

JORNALISMO & JORNALISTAS

Assinatura anual > 3 números: > 7,5 Euros

(INCLUI PORTES DE CORREIO)

Nome.....
Número de Contribuinte.....
Morada.....
Código postal.....Localidade.....
Contactos...../.....
Profissão (fac.).....Idade (fac.).....
Desejo assinar a **JJ** com início no nº .....
Para o respectivo pagamento: IBAN do Clube de Jornalistas **PT50 0035 0391 00011886230 46** – Caixa Geral de Depósitos >> Deve ser enviado comprovativo de pagamento para **cj@clubedejornalistas.pt**
Data..... Assinatura.....

Clube de Jornalistas - R. das Trinas, 127 r/c - 1200 857 Lisboa

Uma edição do
Clube de Jornalistas

Rua das Trinas, 127 r/c 1200 857
Lisboa
Telef. 213965774
e-mail: cj@clubedejornalistas.pt

Site do CJ
www.clubedejornalistas.pt

JORNALISTAS À BEIRA DE UM ATAQUE DE ÓDIO

O secretário-geral da ONU considera que os jornalistas são, a par dos defensores dos direitos humanos, os atores mais bem posicionados para combater narrativas de ódio. Mas será que estão a conseguir lidar com líderes políticos que usam a discriminação e a intolerância como estratégia?

Marisa Torres da Silva *

Tóxico, destrutivo, instigador de medos, divisões e violência, sinal de alerta para genocídios. Foram algumas das expressões que António Guterres utilizou, no Dia Internacional contra o Discurso de Ódio (18 de junho de 2023), para caracterizar o dano e a perigosidade deste fenómeno, hoje amplificado a uma velocidade estonteante através das redes sociais.

Não foi por acaso que o secretário-geral das Nações Unidas falou do discurso de ódio como prelúdio de genocídios. Com efeito, o discurso de ódio com base na desumanização foi usado no contexto de vários genocídios históricos - como a associação dos judeus a vermes ou ratos, através de imagens disseminadas em posters ou filmes, ou a conexão da minoria étnica tutsi a baratas ou ratazanas, durante o genocídio do Ruanda (Bilewicz & Soral, 2022).

A intolerância, a aversão e o medo do "outro", a estereotipização negativa e a discriminação, processos resultantes de desigualdades sistémicas e de opressões históricas, não são propriamente fenómenos novos - mas talvez nunca como hoje a sua expressão tenha sido tão exacerbada, visível e/ou normalizada.

Os dados em Portugal são escassos, mas estudos recentes permitem-nos avaliar a extensão da problemática a nível nacional. O relatório de 2022 "Racismo e Xenofobia

PIXABAY

Discurso de ódio foi usado no contexto de vários genocídios históricos, como a associação dos judeus a vermes ou ratos
[Das Kleine Blatt]

em Portugal. A normalização dos discursos de ódio no espaço público da Internet", coordenado por Pedro Sousa Almeida (CRIA/NOVA FCSH), destaca a forma como o racismo estrutural enraizado na sociedade portuguesa, fortemente herdeiro do seu passado colonial, criou as condições necessárias para a banalização das narrativas de ódio. No entanto, essa normalização também se deve ao atual contexto político e à estratégia seguida pela extrema-direita, com a disseminação quotidiana, sobretudo através do espaço digital, de expressões racistas e xenófobas. Baseando-se em entrevistas e na análise de páginas de Facebook e contas do Twitter, a pesquisa refere, a par do ódio racial, um profundo anticiganismo e discursos de

intolerância dirigidos a populações migrantes não-brancas. As redes sociais, mas também os *media mainstream*, são identificados como palcos preferenciais de visibilidade e de exacerbação de discursividades de ódio.

Os mesmos alertas estavam já plasmados no relatório de 2020, respeitante a Portugal, do Comité de Direitos Humanos das Nações Unidas relativo ao Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (PIDCP), expressando preocupação com relatos de intolerância e discurso de ódio contra grupos vulneráveis e minoritários, nomeadamente nos órgãos de comunicação e nas plataformas que detêm redes sociais. Mais recentemente, o "Relatório Pride 2023", da consultora LLYC, concluiu que, em Portugal, o número de comentários anti-LGBTI+ nas redes sociais aumentou 185% entre 2019 e 2022 (Lusa, 2023).

Mas o que é, afinal, o discurso de ódio, de que se fala tão profusamente no espaço público mediatizado? A expressão banalizou-se a tal ponto que é hoje frequentemente invocada por qualquer ator com alguma visibilidade (seja nas redes, seja nos media tradicionais) que se sinta ofendido e/ou alvo de muitas críticas, desde Mafalda Matos (concorrente do *Big Brother*) até André Ventura (líder e deputado do Chega).

Apesar de não haver um consenso legal universal nem uma definição unívoca para discurso de ódio, há, porém, uma série de aspetos que são comummente referenciados na literatura sobre esta problemática - e, também, um trabalho importante ao nível do direito internacional dos direitos humanos e, em particular, das instituições europeias.

A Recomendação de Política Geral nº 15 da Comissão Europeia contra o Racismo e a Intolerância (ECRI - *European Commission against Racism and Intolerance*), um organismo do Conselho da Europa, adota a seguinte definição de discurso de ódio: "O uso de um ou mais modos particulares de expressão - nomeadamente, a defesa, a promoção ou a incitação à discriminação, ódio ou desrespeito a uma pessoa ou grupo de pessoas, assim como qualquer forma de assédio, insulto, estereótipo negativo, estigmatização ou ameaça a essa pessoa ou grupo de pessoas, bem como qualquer forma de justificação de todos estes modos de expressão - que sejam baseados numa lista não exaustiva de características pessoais ou estatutos que incluem 'raça', cor, língua, religião ou crença, nacionalidade ou origem étnica ou nacional, bem como ascendência, idade, deficiência, sexo, género, identidade de género e orientação sexual" (ECRI, 2016, p. 16).

Chamar nomes, criticar vigorosamente ou insultar alguém não configura, por si só, discurso de ódio - a menos que, tendo em conta dimensões como contexto, o local ou o estatuto de quem o profere, a ofensa seja discriminatória, intolerante, persecutória ou excludente de um determinado grupo-alvo (ou de um indivíduo, pela pertença a esse mesmo grupo). O discurso de ódio comporta assim a capacidade de ameaçar a paz social e de destruir direitos humanos centrais. Está fora do quadro da opinião ou do argumento - a dignidade humana não se debate, não é discutível.

JASON LEUNG, UNSPLASH

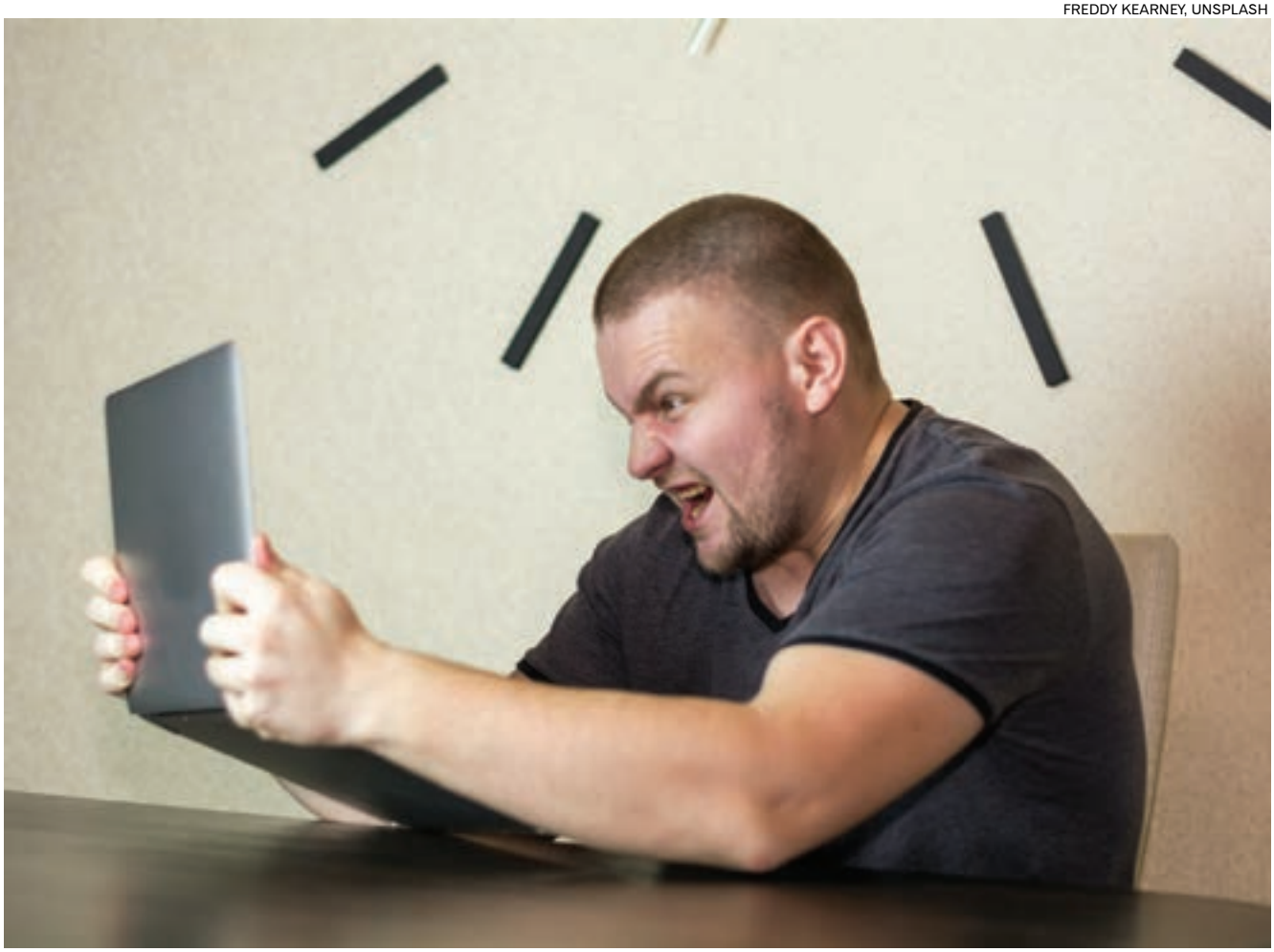
Dignidade humana não se debate. Discurso de ódio está fora do quadro da opinião ou do argumento

ESPAÇOS DIGITAIS CRIAM OPORTUNIDADES

O alargamento de espaços participativos no ambiente digital, criando novas oportunidades de discussão e de interação, teve como efeito uma relação mais contígua entre os jornalistas e os seus públicos. Contudo, essa relação tem sido moldada pelo lado mais obscuro do envolvimento das audiências, pautado atualmente por dinâmicas de agressividade, hostilidade discursiva e discurso de ódio, que por sua vez se devem a um contexto social e político de amplificação e de normalização de sentimentos e comportamentos de intolerância racista, xenófoba, homofóbica ou transfóbica, sobretudo a partir de meados da segunda década do século XXI.

Foras de discussão populares como os comentários online (nos próprios websites das organizações jornalísticas ou nas suas páginas de redes sociais) têm, de facto, colocado inúmeros e complexos desafios aos profissionais, às estruturas redacionais e à própria sociedade, como o nível da expressão e da qualidade argumentativa dos comentários, da possibilidade de ocorrência de discursividades tóxicas e abusivas (incluin-

FREDDY KEARNEY, UNSPLASH



Espaços de discussão online são usados para incitação à exclusão e, até, à violência sobre comunidades

do as formas mais graves de incivilidade, como o discurso de ódio), das questões éticas e legais que decorrem do acolhimento de mensagens que ferem a dignidade humana, ou, ainda, dos obstáculos à existência de recursos para uma moderação adequada e eficaz destes espaços participativos.

No projeto "Incivilidade e Discurso de Ódio: comentários às notícias em contexto eleitoral", financiado pela Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) e efetivado por uma equipa composta por Marisa Torres da Silva (coordenação; NOVA FCSH/ICNOVA), João Gonçalves (Erasmus University Rotterdam), Pedro Coelho (NOVA FCSH/ICNOVA/SIC) e Maria José Brites (Universidade Lusófona/CICANT), analisámos a presença de incivilidade e do discurso de ódio nas caixas de comentários online em vários órgãos de comunicação social de âmbito nacional, nas campanha para as eleições legislativas de 2015 e de 2019 (Silva, Gonçalves, Coelho, & Brites, 2021).

O foco nas caixas de comentários dos jornais justificava-se não só pela sua visibilidade, mas também pela responsabilidade das próprias organizações noticiosas relativamente ao conteúdo publicado. Procurámos, por um lado, avaliar a extensão e prevalência de incivilidade e de discurso de ódio nos comentários dos leitores em período de campanha e, por outro, investigar até que ponto este problema se agravou ou atenuou nos quatro anos que separaram os dois atos eleitorais.

A análise mostrou-nos que, apesar de as manifestações e a probabilidade de ocorrências de discurso de ódio serem reduzidas no conjunto das publicações online analisadas, a taxa de incidência aumentou ligeiramente entre 2015 e 2019. Se por um lado podemos constatar uma baixa prevalência de discurso de ódio, por outro há que destacar que o objeto de estudo consistiu em comentários publicados em websites de organizações jornalísticas (e não em plataformas de redes sociais), que detêm uma responsabilidade social e ética (já para não referir questões legais), colocada em causa no acolhimento de mensagens que ferem direitos humanos fundamentais. Verificámos, no entanto, uma diferença significativa, no que diz respeito à eficácia da pré-moderação ou da

O uso de linguagem depreciativa sobre minorias pode não apenas ter um impacto na eleição de líderes políticos, mas também no apoio a políticasde discriminação

moderação colaborativa, na redução das probabilidades de ocorrência de discurso de ódio, em contraposição a sistemas de gestão que assentam na pós-moderação e/ou através de um *plug-in*, onde a possibilidade de instâncias de discurso de ódio se revelou maior.

Talvez um dos resultados mais relevantes da pesquisa tenha sido a observação de uma mudança de registo nas instâncias de discurso de ódio online, na comparação entre os comentários relativos às legislativas de 2015 (em que os alvos de discurso de ódio estavam muito circunscritos a um conjunto restrito de figuras políticas - em particular, expressões discriminatórias relativas à ascendência e à cor de pele de António Costa) e 2019, em que se constatou um tom mais insultuoso a um nível geral, sendo as comunidades ciganas as visadas em quase metade dos comentários que continham discurso de ódio.

Embora não tenhamos dados para estabelecer uma relação causal entre esta mudança de registo e a entrada de André Ventura no Parlamento como deputado único do Chega, a alteração pode ser indicativa de uma normalização do discurso de ódio nos espaços de discussão online, que inclui processos de estereotipização negativa, incitação à exclusão e até (num grau muito menor, mas ainda assim preocupante, devido à extrema gravidade dessas mensagens) incitação direta ou indireta ao genocídio e/ou à violência em relação às comunidades ciganas.

CAPITALIZAR PRECONCEITOS, USAR OS MEDIA

No âmbito da denominada nova direita radical populista, cujo sucesso eleitoral tem sido evidente em anos recentes e em vários países, certas figuras políticas têm capitalizado preconceitos sociais já existentes. Donald Trump é o exemplo óbvio, ao potenciar um discurso nacionalista e de supremacia branca muito enraizado nos Estados Unidos, mas que se normalizou ao longo dos quatro anos do seu mandato, quando apoiou institucionalmente este tipo de discurso, criando um clima de demonização de imigrantes e pessoas racializadas. A Vox fez um trabalho jornalístico muito interessante sobre o modo como Trump, entre 2015 e 2021, encorajou ativamente a violência política e o discurso de ódio (Cineas, 2021). Sabemos bem como culminou esta história, com o ataque ao Capitólio no dia 6 de janeiro de 2021.

Para Bilewicz & Soral (2022), o discurso de ódio constitui, com efeito, um meio poderoso de mobilização política. O uso de linguagem depreciativa sobre minorias pode não apenas ter um impacto na eleição de líderes políticos, mas também no apoio a políticas de discriminação. Os académicos referem Donald Trump e a utilização frequente de palavras como "invasão", "animais", "predadores", "criminosos" ou "assassinos" na referência a imigrantes, tendo como objetivo justificar políticas de anti-imigração e apresentando-se como defensor dos Estados Unidos contra uma ameaça externa.

Outros líderes autoritários seguem a mesma cartilha, usando, no entanto, bodes expiatórios diferentes, consoante os respetivos contextos sociais e culturais. No contexto português, o

PIXABAY

Donald Trump criou um clima de demonização de imigrantes e pessoas racializadas

Chega tem sabido capitalizar, de forma muito eficaz, o racismo estrutural da sociedade portuguesa e o discurso de ódio em relação aos que elegeu como bodes expiatórios dos males sociais. Ventura e o seu partido abriram uma caixa de pandora sem precedentes em Portugal, normalizando o discurso de ódio racista que há muito estava latente na sociedade portuguesa, em particular a ciganofobia. A ONG norte-americana Global Project Against Hate and Extremism incluiu aliás, num relatório publicado em junho de 2023, o Chega entre os 13 grupos de ódio e de Extrema-Direita que identificou em Portugal. Esta organização não-governamental considera que o partido liderado por Ventura "tem trabalhado para envenenar o discurso nacional com uma retórica racista, anti-LGBTQ+, anti-imigração e anticigana" (GPAHE, 2023).

O impacto eleitoral de partidos políticos que se enquadram nesta "nova" extrema-direita veio trazer discussões sobre as causas sociais e políticas do seu crescimento (são diversas, contextuais e complexas), mas também sobre o papel dos *media* mainstream na sua visibilidade e naturalização. Trump, Ventura, Salvini ou Abascal são exemplos de figuras políticas que souberam - e sabem - muito bem explorar as potencialidades de uma nova ecologia mediática digital (onde as redes sociais têm uma importância fundamental),

BERMIX STUDIO, UNSPLASH

Apresentar os "dois lados", de modo acrítico e sem verificação, leva por vezes os jornalistas a amplificarem ódio, mentira e desinformação

mas também usar a cobertura jornalística a seu favor, comandando a atenção mediática e, consequentemente, a própria agenda política e discussão pública.

Um estudo do Media Lab, do ISCTE (Palma et al., 2021), mostra como André Ventura beneficiou da notoriedade dada pelos media desde 2016 (como comentador de futebol), usando essa visibilidade para depois se tornar um político-celebridade com expressão eleitoral. Posteriormente, nos debates e na própria cobertura jornalística das eleições presidenciais de 2021, também os media colocaram Ventura no centro da agenda e das temáticas discutidas, andando a seu reboque. Convém não esquecer que, por exemplo, a prisão perpétua (!) foi um dos temas de campanha...

Não parece, pois, inusitado, ainda que não negligenciando outros fatores históricos, sociais ou políticos, estabelecer uma relação entre a proporção de atenção mediática que o Chega foi recebendo (e, entre 2019 e 2021, podemos mesmo falar de desproporção entre a quantidade de cobertura jornalística recebida e a relevância eleitoral do partido...) e o seu crescimento eleitoral, tendo conseguido passar de um para 12 deputados na Assembleia da República, nas eleições legislativas de 2022.

Mas a que se deverá esta obsessão mediática e jornalística com um partido que traz ameaças à democracia e que utiliza deliberamente o ódio como estratégia política? Podemos aqui elencar fatores que têm a ver com o mercado, mas também com as próprias normas profissionais.

Nos momentos de campanha que precedem atos eleitorais, a cobertura jornalística favorece um enquadramento de "corrida de cavalos" entre personalidades políticas, privilegiando os *soundbites* que quanto mais ruidosos e controversos, melhor

Começando pelo mercado, o hipermediatismo de Ventura explica-se facilmente pela possibilidade de obter audiências e rentabilidade, num contexto de grande fragilidade económica das redações. No ambiente online, a noticiabilidade de afirmações polémicas ou que inclusive atentam contra direitos fundamentais é também uma oportunidade de angariação de cliques e *engagement*. As contínuas perdas de receitas publicitárias e a instabilidade financeira dos grandes grupos de *media* têm, por outro lado, agudizado a precarização e o esvaziamento das redações, com con-

GRÉGORY ROOSE, PIXABAY

Problemas que o Jornalismo atravessa contribuem para acentuar conflitos éticos na cobertura de partidos de Extrema-Direita

sequências muito nefastas para a produção jornalística.

Do lado das normas e procedimentos profissionais, não esquecendo a óbvia ligação com o mercado, as noções de objetividade, equilíbrio, isenção e imparcialidade, quando operacionalizadas de forma redutora e assentes na apresentação dos "dois lados", acabam, muitas vezes, por amplificar, de modo acrítico e sem contextualização e/ou verificação, posicionamentos que se enquadram no discurso de ódio (e também na mentira e na desinformação), tratando-os como se fossem aceitáveis e legítimos no espaço público e, por outro lado, demitindo-se de os contrapor ou escrutinar.

Os próprios valores-notícia privilegiam o conflito e a controvérsia. A prevalência do Jornalismo declarativo, muitas vezes em detrimento da ida para o terreno e da investigação, também não ajuda, o que frequentemente converte jornalistas em meros "pés de microfone". Pensando especificamente nos momentos de campanha que precedem atos eleitorais, a cobertura jornalística favorece um enquadramento de "corrida de cavalos" entre personalidades políticas, privilegiando os *soundbites* que quanto mais ruidosos e controversos, melhor.

De Jonge e Gaufman (2022) advogam que a persistente cobertura mediática de partidos de Extrema-Direita pode não apenas inflacionar a sua relevância política, como também trazer ideias e discursos que outrora estavam nas margens para o *mainstream*. As autoras identificam três principais estratégias através das quais os media lidam com partidos populistas de Extrema-Direita: a *demarcação* ou o cordão sanitário mediático (conferir um tratamento diferenciado aos partidos de Extrema-Direita, não cobrindo da mesma forma partidos que efetivamente são diferentes, na subversão de princípios democráticos); a *confrontação* ou a adoção de um posicionamento assumidamente crítico ou adversarial, mas sem excluir estes atores políticos da esfera mediática; e a *acomodação*, ou seja, oferecer uma plataforma de visibilidade, através de convites para programas de televisão ou de rádio, para escrever artigos de opinião ou para entrevistas, fazer longas e frequentes citações que amplificam as suas ideias radicais e muitas vezes discriminatórias ou, também, centrar extensivamente a cobertura jornalística nos assuntos de eleição destes partidos (crime, imigração, subsidiodependência, etc.).

Não há soluções lineares nem absolutas, mas o debate entre pares, editorias e chefias pode ser um bom ponto de partida, até para as respostas a possíveis dilemas não serem casuísticas nem tomadas individualmente

As autoras fazem um estudo empírico sobre o modo como os *media* holandeses lidaram com o partido de Extrema-Direita Forum voor Democratie (FvD), através de uma análise discursiva de perto de 500 peças jornalísticas recolhidas em cinco jornais, durante o período de três meses de campanha eleitoral de 2021. A conclusão das autoras é muito clara: a acomodação foi a estratégia predominante, ainda que

"Teste" da Ethical Journalism Network é um instrumento muito útil para combater o discurso de ódio

com algumas evidências de confrontação e ainda (mais raramente) de demarcação. De Jonge e Gaufman também alertam para o facto de, apesar de comportar a potencialidade de criticar e de escrutinar posicionamentos questionáveis, a estratégia de confrontação poder, por outro lado, servir para os amplificar: enquanto os jornalistas tentam "desmascarar" e expor ideias radicais, ao citá-las diretamente poderão estar a contribuir para a sua normalização.

HÁ MUITO PARA E POR FAZER

A responsabilidade moral e social das organizações jornalísticas coloca-as num patamar diferente na obrigação de combaterem a disseminação do ódio. Mas, em diversos momentos, há dilemas éticos de difícil resolução. Um estudo que incide sobre as perceções dos/das jornalistas sobre discurso de ódio, nomeadamente no que respeita às suas estratégias para cobertura jornalística de declarações e comportamentos de deputados eleitos na Eslovénia que utilizavam esse tipo de expressão discriminatória e intolerante em relação a grupos marginalizados, constatou que os profissionais mostraram dificuldade em optar por persistir nos ideais da objetividade, da neutralidade e da imparcialidade ou, então, por não dar cobertura e/ou inclusive denunciar e condenar expressões de intolerância (Vobič, Erjavec, & Kovačič, 2013).

Toda a gente pode ter uma voz, mas isso não significa permitir uma licença para mentir, disseminar desinformação ou encorajar a hostilidade em relação a um determinado grupo

O relatório de estágio de mestrado de Maria Vieira Rodrigues, intitulado "Os confrontos éticos e deontológicos dos jornalistas na cobertura dos partidos de direita radical populista", orientado por Rita Figueiras e defendido na Universidade Católica com a classificação de 19 valores, procurou precisamente perceber as decisões que jornalistas portugueses têm de tomar na cobertura do Chega. A análise de 11 entrevistas a jornalistas de diferentes meios permitiu concluir que, na generalidade dos inquiridos, persistem confrontos éticos e deontológicos na cobertura do partido de extrema-direita. "Este confronto pessoal é ético e deontológico, porque põe em jogo os valores e a deontologia da profissão, quase antagónicos aos dos partidos de direita radical populista, cuja cobertura não pode ser ignorada, porque estes partidos já atingiram representação política que torna a cobertura inevitável. Contudo, os problemas que o jornalismo atravessa contribuem para acentuar estes conflitos" (Rodrigues, 2023, p. 119).

De uma forma geral, os jornalistas entrevistados reconhecem falhas em vários momentos na cobertura jornalística do Chega e a maioria considera necessária uma reflexão da classe sobre como cobrir este tipo de partidos. "A reflexão conjunta sobre este fenómeno teria sido crucial para evitar que os jornalistas se sentissem desamparados e teria eventualmente evitado alguns erros na cobertura da direita radical populista. A prova de que os jornalistas teriam beneficiado desta reflexão é o facto de a maioria ter pedido ou tido de forma espontânea discussões internas sobre como cobrir este fenómeno", conclui Maria Vieira Rodrigues.

Não há soluções lineares nem absolutas, mas o debate entre pares, editorias e chefias pode ser um bom ponto de partida, até para as respostas a possíveis dilemas não serem casuísticas nem tomadas individualmente. Como defende a ECRI (2016), a autorregulação, os códigos voluntários de conduta e as ações de formação podem constituir faróis orientadores para os *media* noticiosos, na hora do combate ao discurso de ódio.

A Ethical Journalism Network (EJN), uma rede internacional formada por jornalistas de várias regiões do mundo com o intuito de promover a educação e a formação ética, lançou em 2014 a campanha "Turning the Page of Hate", de que resultou o "Teste em 5 pontos para jornalistas"[1], disponível em várias línguas. É um instrumento simples, mas útil para ajudar os/as jornalistas a identificar discurso de ódio (e não só), nos momentos de recolha, preparação e disseminação da informação.

O ponto 1 deste teste destaca a posição ou o estatuto do locutor. A EJN sublinha, em primeiro lugar, que se alguém diz algo chocante isso não é automaticamente notícia. Há que examinar o contexto das declarações e, também, a reputação de quem as profere. E é necessário ter cautela para não atrair atenção desmesurada em relação a políticos e outras figuras influentes que geram negatividade em relação a pesso-

as e grupos vulneráveis e marginalizados. O escrutínio e a análise das palavras dos locutores, bem como a avaliação das suas intenções e do impacto das suas intervenções, é fundamental. Toda a gente pode ter uma voz, mas isso não significa permitir uma licença para mentir, disseminar desinformação ou encorajar a hostilidade em relação a um determinado grupo.

O ponto 2 foca o alcance do discurso. Há diferenças entre uma conversa privada (mesmo que ocorra em espaço público) e a disseminação de discurso de ódio através dos *media mainstream* ou da internet, entre um momento isolado e a repetição contínua de expressões de discurso de ódio.

Já o ponto 3 do teste centra-se nos objetivos do discurso. Para a EJN, os/as jornalistas e os editores possuem uma especial responsabilidade em colocar o discurso no seu contexto adequado, bem como desvendar quais os objetivos de quem o produz. Que benefícios podem advir para o locutor e que interesses representa? Que impacto tem o discurso e quem por ele é afetado?

O conteúdo e a forma do discurso são o objeto do ponto 4. É necessário avaliar a cada momento se o discurso e´ direto e provocador, o contexto em que é feito e o estilo em que se apresenta. Este discurso ou tipo de expressão é perigoso? Incita à violência e promove a hostilidade em relação a determinados grupos?

O ponto 5 presta atenção ao clima social, económico e político mais abrangente. A EJN alerta para o facto de os discursos perigosos emergirem sobretudo em momentos de tensão social. Se o jornalista tiver dúvidas na citação direta de discurso de ódio proferido, por exemplo, por um político (em momento de campanha eleitoral), a organização considera que poderá ser mais adequado referir que foram feitos comentários insultuosos e discriminatórios, mas sem reproduzir os termos exatos desses mesmos insultos. A meu ver, esta é, porém, uma situação muito difícil de ponderar, entre a obrigação jornalística de noticiar estratégias que se consubstanciam em palavras de ódio e, por outro lado, as consequências negativas que necessariamente essa obrigação terá. Acima de tudo, os/as jornalistas devem basear-se em padrões reconhecidos de ética profissional e ter em conta o contexto mais vasto, incluindo padrões de discriminação sistemática em relação a grupos mais vulneráveis.

Como refere a Federação Europeia dos Jornalistas (2018), a necessidade de promover uma abordagem crítica e cuidadosa dos assuntos, tendo em conta a importância dos *media* noticiosos na construção de perceções públicas em torno de tópicos sensíveis, é cada vez mais urgente - assim como uma atenção renovada ao valor do Jornalismo nas sociedades atuais. JJ

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bilewicz, M., & Soral, W. (2022). The Politics of Hate: Derogatory Language in Politics and Intergroup Relations. In D. Osborne & C. Sibley (Eds.), *The Cambridge Handbook of Political Psychology* (Cambridge Handbooks in Psychology, pp. 429-441). Cambridge: Cambridge University Press. https://doi.org/10.1017/9781108779104.030
- Cineas, F. (2021). Donald Trump is the accelerant. A comprehensive timeline of Trump encouraging hate groups and political violence. https://www.vox.com/21506029/trump-violence-tweets-racist-hate-speech
- ECRI (2016). ECRI General Policy Recommendation nº 15 on combating hate speech. Strasbourg: Council of Europe. https://rm.coe.int/ecri-ge- neral-policy-recommendation-no-15-on-combating-hate-speech/16808b5b01
- European Federation of Journalists (2018). *How to counter hate speech and manage an online community*. https://www.commit.at/fileadmin/Materialien/MAH_EFJ_module4.pdf
- GPAHE (2023). Far-Right Hate and Extremist Groups: Portugal. https://globalextremism.org/portugal/
- de Jonge, L., & Gaufman, L. (2022). The normalisation of the far right in the Dutch media in the run-up to the 2021 general elections. *Discourse and Society*, 33(6), 773-787. https://doi.org/10.1177/09579265221095418
- Lusa (2023). Mensagens anti-LGBTQI+ nas redes sociais cresceram quase 185% em Portugal desde 2019. https://www.publico.pt/2023/06/21/p3/noticia/mensagens-antilgbtqi-redes-sociais-cresceram-quase-185-portugal-desde-2019-2054077
- Palma et al. (2021). André Ventura: a criação da celebridade mediática. MediaLab/ISCTE. https://medialab.iscte-iul.pt/andre-ventura-a-criacao-da-celebridade-mediatica/
- PIDCP (2020). *Concluding observations on the fifth periodic report of Portugal*. Human Rights Commitee. https://digitallibrary.un.org/record/3861506
- Rodrigues, M. V. (2023). *Os confrontos éticos e deontológicos dos jornalistas na cobertura dos partidos de direita radical populista*. Relatório de Estágio de Mestrado, Universidade Católica Portuguesa. http://hdl.handle.net/10400.14/40474
- Silva, M. T., Gonçalves, J., Coelho, P., & Brites, M. J. (2021). *Discurso de ódio, jornalismo e participação das audiências. Enquadramento, regulação e boas práticas*. Almedina: ERC.
- Sousa de Almeida, P. (2022). *Racismo e Xenofobia em Portugal: a normalização dos discursos de ódio no espaço público da internet*. https://racismoexenofobia.cria.org.pt/
- Vobic, I., Erjavec, K., & Kovacic, M. P. (2013). Journalists' strategies of news reporting on parliament members' hate speech. *Journal of Applied Journalism & Media Studies*, 2(3), 505-519. https://doi.org/10.1386/ajms.2.3.505_1

* Este texto baseia-se, atualiza e acrescenta reflexões presentes no livro "Discurso de ódio, jornalismo e participação das audiências" e no ensaio "Jornalismo e discurso de ódio: aliados ou adversários?", publicado em julho de 2021 no Setenta e Quatro (https://setentaequatro.pt/ensaio/jornalismo-e-discurso-de-odio-aliados-ou-adversarios)

1) https://ethicaljournalismnetwork.org/hate-speech-a-5-point-test-for-journalists

Pedro Coelho recebeu centenas de mensagens ameaçadoras nas redes sociais

QUANDO SOMOS O ALVO

Campanhas têm vítimas concretas entre os jornalistas, mas inserem-se com frequência em planos, mais vastos, de descredibilização dos media. O vírus já se faz sentir em Portugal.

Paulo Martins

Mais de 90 mensagens de ódio por hora no Facebook. A estimativa de Maria Ressa, jornalista filipina distinguida com o Nobel da Paz em 2021, talvez peque por defeito. Porque o assédio através de redes sociais digitais lhe entrou pela vida dentro, na sequência de investigações jornalísticas incómodas para o regime de Rodrigo Duterte. O seu caso adquiriu dimensão mundial, mas está longe de ser único. Um pouco por todo o mundo – em Portugal, também – há jornalistas vítimas, por porem dedos nas feridas. Muitos deles – em Portugal, também – mantêm-se firmes e corajosos.

Pode ser muito alto o preço a pagar. A antiga correspondente da CNN no Sudeste Asiático, uma das fundadoras do site de investigação Rappler, foi parar à prisão. Antes, porém, Ressa já sentira os efeitos das campanhas online. O ódio vertido raramente é fruto da irritação momentânea de um internauta pouco habituado a gerir emoções. Trata-se, com frequência, de estratégias planeadas e executadas com grande precisão. As redes digitais tornaram-se armas, manuseadas sobretudo pela Extrema-direita, cada vez mais empenhada em atacar os *media*, apresentados como "inimigos do povo", com base numa retórica bem conhecida.

Numa atitude sem precedentes, o International Press Institute (IPI) apresentou queixa às autoridades portuguesas contra destacadas figuras do Chega, por causa de *posts* difamatórios, insultuosos e até ameaçadores, dirigidos a Pedro Coelho. Em junho, foram constituídos arguidos, por suspeitas da prática dos crimes de injúria

agravada, ameaça agravada e atentado à liberdade de imprensa. O IPI tomou a iniciativa ao constatar que as mensagens poderiam pôr em perigo o jornalista da SIC, que enfrenta assédio permanente desde a emissão, em janeiro de 2021, da reportagem "A grande ilusão".

Pedro Coelho recebeu centenas de mensagens nas redes sociais, que "não foram inventadas nem negadas pelos autores", como afirmou publicamente na ocasião. O tom de certos *tweets*, uns anónimos outros assinados, dispensa adjetivação: "Uma corda ao pescoço ainda era pouco"; "Coelho? Cuidado pode levar um tiro de um caçador!"; "Se te apanho... levas mesmo..."; "Triste, triste, triste tão triste que até apetece cortar os pulsos (os dele, claro!)"; "quando começar a caça avisem que estou a afiar a forquilha".

O jornalista denunciou em antena o facto de as ameaças terem surgido ainda antes da emissão do primeiro episódio da reportagem. Assegurou que não o silenciariam, mas tem consciência de que o vírus alastra: "Não fui o único atacado por estas pessoas; houve outros, provavelmente até mais solitários do que eu, porque trabalhando em televisão tenho maior exposição pública", disse à TSF. É verdade: Miguel Carvalho é outro jornalista atingido, desde que publicou na *Visão* o seu primeiro trabalho de investigação sobre o Chega, em julho de 2020. Um *post* do presidente do partido, de natureza pessoal e que incluía a fotografia de Miguel Carvalho, acentuou o nível de fanatismo, expresso em mensagens como "é preciso saber onde este tipo mora, por onde é que ele anda", "é preciso dar-lhe uma lição". O jornalista redobrou as cautelas, mas não deixou André Ventura sem resposta: "Se algum dia as ameaças aos jornalistas se concretizarem, já sabem a que porta bater para encontrarem o autor moral".

Miguel Carvalho decidiu responder online ao assédio

BANDOS DE TROLLS EM ATIVIDADE

A magnitude do assédio online justifica formação específica para lidar com o fenómeno. O International Press Institute (Cf. https://ipi.media/) propõe um conjunto de medidas a adotar no interior das redações, como a monitorização contínua de casos e a avaliação de riscos, além da criação de mecanismos formais de apoio aos jornalistas vítimas e de ações de formação sobre segurança em ambiente digital.

"A cada três segundos, pelo menos um jornalista foi agredido nas redes sociais, revelando um ódio difuso à imprensa por parte de movimentos antidemocráticos". A contabilidade, relativa ao período de campanha eleitoral para as presidenciais brasileiras de 2022, é apresentada no relatório "O Jornalismo frente às redes de ódio no Brasil", da autoria da Repórteres sem Fronteiras (RSF), que identificou mais de 3,3 milhões de mensagens ofensivas e de intimidação contra jornalistas e meios de comunicação em apenas três meses.

Os rankings mundiais de liberdade de imprensa elaborados por aquela organização são férteis na descrição de casos. A ofensiva de Rodrigo Duterte contra os *media* assumiu contornos de especial gravidade, porque não enviava recados; fazia ameaças diretas. Chegou a afirmar que ser jornalista "não impede que se seja assassinado". Durante o seu consulado, vários portais noticiosos, como os da rede Altermidya, sofreram ciberataques, perpetrados por *trolls* de apoiantes.

É também através de bandos de *trolls* que se concretizam na Índia de Narendra Modi campanhas orquestradas de ódio e incitação à violência – até apelos diretos ao assassínio de jornalistas. A morada pessoal de Rana Ayyub, editorialista do *Washington Post*, foi tornada pública. Direta ou indiretamente promovida pelo presidente do país, a intimidação de Ayyub incluiu cerco judicial. A integridade física chegou a ser posta em causa.

O recurso a plataformas web para abusos também tem vindo a alastrar na Europa. Durante a pandemia de Covid-19, aumentaram de intensidade na Chéquia, país cujo anterior presidente, Milos Zeman, se apresentou em 2017 numa conferência de Imprensa com uma kalashnikov de imitação que tinha inscrita a expressão "destinada a jornalistas". Profissionais de informação críticos do governo húngaro, de Viktor Orbán, também são atingidos por campanhas de difamação nas redes, desencadeadas por apoiantes do partido no poder. Em França, aos ataques físicos juntam-se os digitais.

Segundo a RSF, os jornalistas da área do ambiente são particularmente atingidos.

Não se trata de uma nuvem passageira. Diversos estudos demonstram que o assédio em linha deve ser encarado como um problema sistémico. "A parte mais fácil é lidar com o impacto sobre mim da violência em linha e da desinformação. Vejo o impacto no mundo e não sei porque é que não estamos a entrar em pânico", afirmou, a certa altura, Maria Ressa. Sabe do que fala, ela e tantas outras jornalistas, uma vez que as mulheres são as principais visadas.

"QUERIAM MATAR-ME"

O impacto deste fenómeno foi já avaliado pela Unesco. Quase três quartos (73%) das participantes num inquérito mundial que promoveu em 2020, em parceria com o Centro Internacional para Jornalistas, afirmam ter sofrido violência online. A pesquisa, que envolveu 901 mulheres jornalistas de 125 países, integrou outro estudo da Unesco, publicado em 2021, que também incorporou as conclusões de 173 entrevistas a jornalistas e peritos, e de dois estudos de caso – de Maria Ressa e da britânica Carole Cadwalladr – no âmbito dos quais foram analisadas mais de 2,5 milhões de publicações no Facebook e no Twitter que lhes foram dirigidas. Outro resultado alarmante do inquérito: praticamente metade das inquiridas assinalou as mensagens de ódio como a principal ameaça em ambiente online, predominando expressões misóginas e/ou racistas.

Cadwalladr foi a autora da investigação jornalística ao escândalo "Facebook-Cambridge Analytica", um caso de manipulação de contas de utilizadores da rede social, para influenciar as presidenciais norte-americanas, ganhas por Donald Trump, e o referendo do "Brexit", no Reino Unido. Sob fogo desde então, através de mensagens que misturam sexismo, misoginia e pura desinformação, a jornalista percebeu que os processos judiciais que lhe moveram estavam associados a esse movimento de descredibilização.

"Queriam matar-me. Iam atrás da minha família. A minha morada foi colocada na internet", revelou Kimberly Halkett, jornalista da Al Jazeera na Casa Branca, a propósito de mensagens incentivando a agressividade real. Grupos de Extrema-direita montaram uma estratégia de desinformação e dirigiram insultos racistas e antissemitas a Julia Carrie Wong, repórter de tecnologia do *Guardian US*. O Daily Stormer, site sustentado por neonazis e supremacistas brancos, concentrou-se nela. "Foi a minha primeira experiência com o ódio efetivo em linha, porque sou chinesa e judia. Isso tornou-se uma fixação para os escritores e comentadores do Daily Stormer, que depois me pintaram com chifres e uma estrela judaica e discutiram a minha composição racial com um fervor intenso e repugnante".

O recente estudo "Assédio e hostilidade online contra jornalistas: dimensões experienciais e de género", abordado nas páginas seguintes deste dossiê, confirma que Portugal não escapa à tendência. O inquérito realizado demonstra que a desconfiança em relação a mecanismos de proteção leva as vítimas a desistirem de avançar com ações contra quem pratica tais atos. Uma das conclusões dá (muito) que pensar: "Verificámos também uma certa resignação em relação à violência online – os/as jornalistas tendem a vê-la como parte do ofício, desvalorizando a natureza dos ataques e contribuindo, desta forma, para a normalização deste tipo de violência".

BIBLIOGRAFIA

- Coelho, P. & Da Silva, M. T. (2021). A resistência do jornalismo de investigação: O potencial da aliança estratégica entre o jornalismo e a academia: estudo de caso do projeto 'A Grande Ilusão'. In J. C. Correia, & I. Amaral, (eds.), *De que falamos quando dizemos Jornalismo?: Temas emergentes de pesquisa* (pp. 25-52). Labcom. https://research.unl.pt/ws/portalfiles/portal/34360755/202109091508_202108_temasemergentespesquisajornalismo_jccorreiaiamaral_25_52.pdf
- Holton, A. E., Bélair-Gagnon, V., Bossio, D., & Molyneux, L. (2021). "Not their fault, but their problem": Organizational responses to the online harassment of journalists. *Journalism Practice*, 859-874. https://doi.org/10.1080/17512786.2021.1946417
- Repórteres Sem Fronteiras (2023). O Jornalismo frente às redes de ódio no Brasil – Ataques online contra a imprensa nas eleições de 2022. https://mediatalks.uol.com.br/wp-content/uploads/2024/05/RSF-report-As-redes-de-odio-no-Brasil_PT.pdf
- Repórteres Sem Fronteiras (2023). Ranking Mundial de Liberdade de Imprensa 2023. https://rsf.org/pt-br/ranking-mundial-de-liberdade-de-imprensa-2023-os-perigos-da-ind%C3%BAstria-de-conte%C3%BAdos-falsos?data_type=general&year=2023
- Silveirinha, M. J., Sampaio-Dias, S., Miranda, J., Garcez, B., & Dias, B. (2022). Assédio e hostilidade online contra jornalistas: dimensões experienciais e de género. *Media & Jornalismo, 22*(41), 83-102. https://doi.org/10.14195/2183-5462_41_5
- UNESCO (2020). Violência online contra mulheres jornalistas: um quadro mundial de incidência e impactos. https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000375136_por
- UNESCO (2021). The Chilling: global trends in online violence against women journalists; research discussion paper. https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000377223

OFENSIVA ONLINE JÁ ATINGIU QUASE METADE

Num estudo pioneiro conduzido em Portugal, 46,2% dos jornalistas inquiridos admitem já ter experienciado assédio e hostilidade online. 58,9% afirmam conhecer casos com outros jornalistas.

Beatriz Maciel e Marta Abreu *

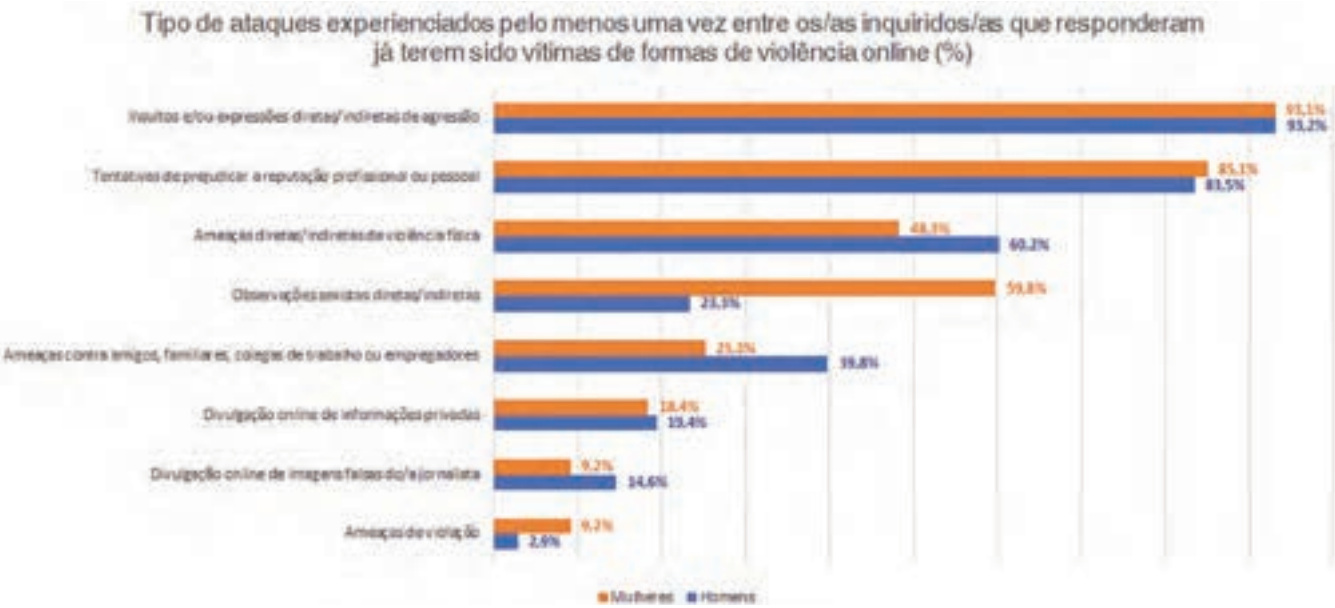
A vaga de Covid-19 e as campanhas eleitorais de janeiro de 2021 marcaram um "momento-chave" na evolução do assédio online contra jornalistas, assinala o estudo "Assédio e hostilidade online contra jornalistas: dimensões experienciais e de género", publicado na revista científica *Media & Jornalismo* em 2022. Mas os autores ressalvam que o fenómeno já vinha de trás.

João Miranda, coautor do artigo, recorda como o isolamento potenciou a interação através das redes sociais, impulsionando, a par de uma "maior expressão de determinados movimentos", os ataques online a jornalistas. "Sempre que havia novas restrições anunciadas, os e-mails subsequentes vinham com críticas e ofensas", constata a jornalista Daniela Carmo, do *Público*. "Hoje, há exércitos organizados para fazer assédio a jornalistas, para os condicionar", considera Vítor Matos, jornalista no *Expresso*. "Estes exércitos são normalmente politizados e de extremos", acrescenta.

A investigação, que resulta do projeto "O género nas pandemias de ódio", financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia e coordenado por Maria João Silveirinha (ICNOVA/Universidade de Coimbra), incluiu um inquérito realizado a 411 jornalistas (6% dos inscritos na Comissão da Carteira Profissional), entrevistas conduzidas com 25 mulheres jornalistas e a recolha de 22107 comentários a notícias, passíveis de gerar hostilidade, assinadas por mulheres. **(Gráfico 1)**

O estudo [que analisou diversas dimensões, vertidas nos gráficos 1 e 2], começou por centrar-se na relação entre o contexto pandémico e o discurso de ódio contra jornalistas, mas acabou por ser redirecionado, de acordo com os investigadores, de forma a mapear as especificidades baseadas no género. "Os ataques a mulheres são diferentes dos ataques a homens", explica a investigadora Bibiana Garcez. A coautora do artigo esclarece que o assé-

Gráfico 1



Fonte: estudo "Assédio e hostilidade online contra jornalistas: dimensões experienciais e de género"

dio a jornalistas é atravessado por "camadas que dialogam com a construção misógina da sociedade", levando a que aspetos como "o próprio sexo ou género, a idade e a aparência" sejam significativamente mais mobilizados nos ataques contra jornalistas mulheres.

Dos comentários recolhidos, os investigadores identificaram discurso abusivo em de 10,8%, dos quais 98,2% provieram do Facebook. Do total desses comentários hostis, 19,4% eram dirigidos à jornalista, ao meio de comunicação ou ao Jornalismo em geral. Sexismo explícito foi detetado em 26 comentários.

"Chamavam-nos jornalixo e jornalixeiros, a dizer que a pandemia nunca mais acabava, um bocado numa toada de ódio gratuito", recorda a jornalista Daniela Carmo. O coautor do estudo Bruno Dias refere que estes termos são "muito utilizados para descredibilizar o trabalho do Jornalismo em geral". "Muitas vezes, as pessoas chegam a uma notícia e simplesmente comentam: 'jornalixo'", refere **(Gráfico 2)**.

Com a crescente preponderância das redes sociais na interação entre jornalistas e público, muitas redações respondem com a criação de códigos de conduta adaptados. Bruno Dias ressalva, no entanto, que "esses mecanismos servem muito mais para proteger os meios de comunicação do que o próprio jornalista", acabando o dano por recair somente no último. "Uma mulher que cobre futebol, por exemplo, está mais exposta a certos tipos de ataques. Além de lidar com isso, tem de ter o cuidado de não expor o seu meio de comunicação", observa.

"FAZ PARTE DA PROFISSÃO"

Bruno Dias insiste na importância de os órgãos de comunicação social e as plataformas assumirem responsabilidade na resposta a estes ataques. Deixa o alerta de que esta falta de apoio pode levar a que o jornalista desenvolva os seus próprios mecanismos de defesa, nomeadamente a autocensura.

Os autores indicam que tiveram dificuldades em averiguar o verdadeiro impacto deste "efeito inibidor", por ser "muito difícil alguém admitir que não vai tratar de algo porque tem medo de sofrer com isso". A investigadora Bibiana Garcez nota que no Jornalismo "aprende-se que tem de se ser neutro, isento, quase como se não se existisse nesse circuito social".

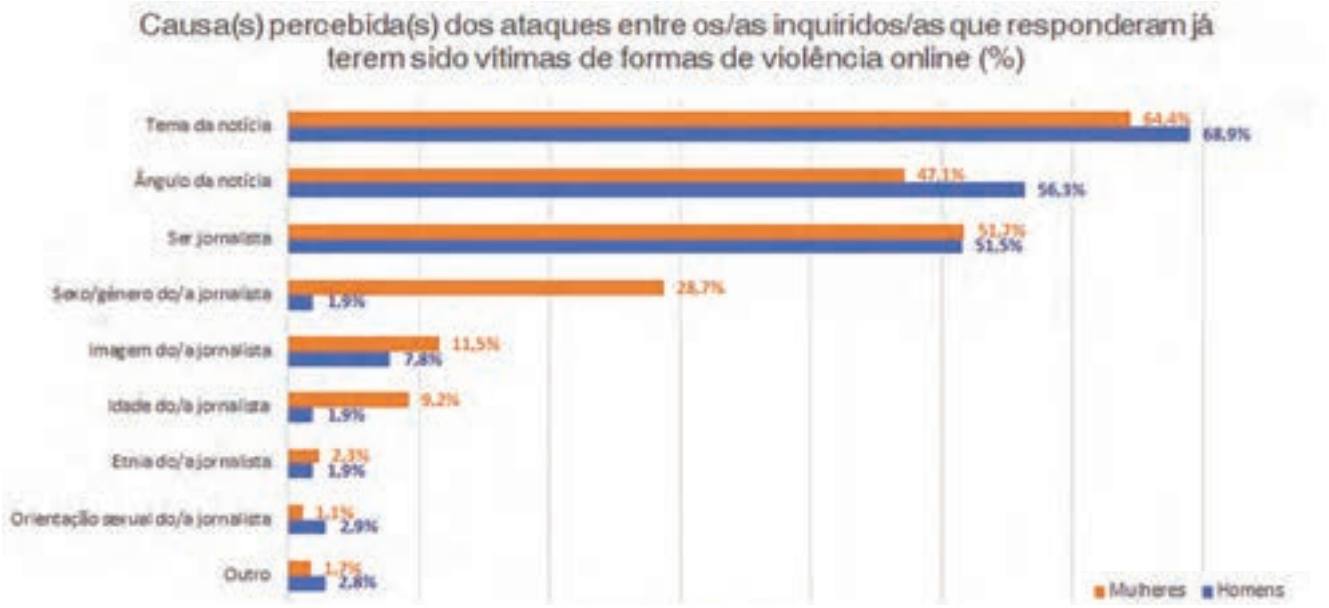
Outras estratégias de defesa passam pela desvalorização dos ataques. "Ouvimos com frequência a questão de que 'faz parte da profissão', que nos últimos anos tem vindo a abarcar cada vez mais violências, mas receber ameaças de morte com frequência não é parte da profissão", reitera Bruno Dias.

Perante a ausência de respostas e a normalização dos ataques online, João Miranda frisa a necessidade da criação de "mecanismos de denúncia e de discussão pública", para que seja promovido o debate sobre estes problemas a nível nacional.

A falta de representatividade étnica e de género (fora da matriz cisgénero binária) nas redações portuguesas impediu que os investigadores pudessem aferir a diferença "dentro dos múltiplos grupos possíveis de mulheres", explica Bibiana Garcez. "A grande maioria das que trabalham no jornalismo são mulheres brancas, com um *background* de classe média ou média-alta, que passaram por instituições de ensino superior, que são portuguesas [não imigrantes]", acrescenta. JJ

** Alunas da Licenciatura em Ciências da Comunicação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Notícia desenvolvida no âmbito da unidade curricular de Produção Jornalística.*

Gráfico 2



Fonte: estudo "Assédio e hostilidade online contra jornalistas: dimensões experienciais e de género"

QUATRO DÉCADAS DE LAZER E CULTURA

Lazer e cultura: nestes dois eixos se baseou a história do Clube de Jornalistas. Ponto de encontro de profissionais, aberto à sociedade, festeja em novembro o 40.º aniversário.

Paulo Martins

O Clube de Jornalistas (CJ), maior associação portuguesa não mutualista nem sindical de jornalistas, dispõe hoje de cerca de 800 associados. A sua "certidão de nascimento", a 8 de novembro de 1983, regista 24. Muitos, como Emídio Rangel e Cáceres Monteiro, já faleceram. A lista integra reformados, como Pedro Oliveira e Pedro Vieira; profissionais no ativo, como Anabela Natário; e os atuais dirigentes Eugénio Alves e Francisco Belard. Entre as adesões posteriores, jornalistas que lideraram a organização, referidos neste texto. Muitos outros – Beltrão Coelho, Fernando Correia, Cesário Borga, Eva Henningsen, Alexandre Manuel, Guiomar Belo Marques, Joaquim Letria, Carlos Pinto Santos, Daniel Ricardo… – ajudaram a escrever a história.

Antigo presidente do Sindicato dos Jornalistas (SJ), Manuel da Silva Costa liderou a primeira Direção do Clube (1984-1986), tendo como vice-presidente a jornalista de origem francesa Nicole Guardiola, ligada à Associação de Imprensa Estrangeira em Portugal, que manteve sempre um representante no órgão executivo. Víctor Santos foi o primeiro presidente da Assembleia-Geral. Acácio Barradas presidiu à Comissão de Fiscalização (Conselho Fiscal a partir de 1994) até 2007.

Uma sala cedida pelo SJ acolheu a primeira sede do *press club* português, cujo logotipo foi concebido por Moura-George. O salto para a Lapa decorreu da assinatura com a Câmara de Lisboa, em 27 de março de 1986, de um protocolo de cedência de um piso devoluto, com esplanada-jardim, na Rua das Trinas. Muito degradado, estava "uma miséria" – lembrou Fialho de Oliveira em 2008, na edição da JJ comemorativa do 25.º aniversário do Clube. Alguns associados torceram o nariz, já que a reabilitação seria dispendiosa. Desenvolvidas a partir de projeto, gratuito, do arquiteto Sérgio Infante, as obras exigiram especial cuidado, para preservar as características essenciais do edifício pombalino. Prolongaram-se por dois anos, à medida das disponibilidades financeiras do CJ. A sede foi o principal legado do mandato de Fialho de Oliveira (1986-1988), enquanto a inauguração coube a Augusto de Carvalho, que em 1989 lhe sucedeu. "Nunca me esquecerei de como estava esta casa. Posso comparar aquilo que fizeram com o que lhes dei em nome da cidade", disse, na ocasião, o presidente do município, Kruz Abecasis.

A atividade do CJ era já muito intensa. "O prémio Pulitzer português vale 300 contos": foi assim que a Imprensa anunciou os Prémios Gazeta, os mais importantes do Jornalismo português, cuja primeira edição ocorreu em 1984. O troféu atribuído aos vencedores, da autoria de João Bento d'Almeida, foi selecionado em concurso.

Os Jogos de Jornalistas arrancaram, nas Açoteias, também em 1984. O extinto *Diário Popular* noticiou as medalhas conquistadas por dois repórteres da casa, Adelino Cardoso e Rui Cardoso, hoje membro da Direção do Clube. "Imagine-se a queda de recordes que teria sido se tivesse participado a redação toda", ironizou.

Em 1985, no réveillon, a Gare Marítima de Alcântara foi palco do primeiro Baile dos Jornalistas. Nesse ano, estrearam-se os Jogos Ibéricos em Tróia (a edição de 1986 teve lugar

Fialho de Oliveira com o então presidente da República, Mário Soares, de visita à sede do Clube, em 1986

em Puerto de Santa Maria, Cádiz), que até 1999 juntaram ao convívio memoráveis prestações desportivas. Exemplo: a da equipa de futebol feminino, treinada por Eugénio Alves, que incluía, entre outras jornalistas, Alexandra Campos, Cândida Pinto, Judite de Sousa e Mauritana Diniz.

A realização de exposições, lançamentos de livros e conferências tornou-se possível graças à nova sede. Tal como as "Sextas-Feiras da Lapa", na esplanada-jardim, com reputados artistas – Jorge Palma e Mafalda Veiga, por exemplo. Nos mandatos de Eugénio Alves (1990-1992 e 1996-2007) e de José Carlos de Vasconcelos (1992-1996), a "Figura do Mês" levou ao Clube personalidades da política (António Guterres, Mário Soares, Jorge Sampaio ou Marcelo Rebelo de Sousa), da cultura, como José Cardoso Pires, ou do desporto, como Artur Jorge.

Anfitrião, em 1992, do I Encontro Desportivo e Cultural de Jornalistas da Comunidade Europeia, em Albufeira, o CJ firmou três anos volvidos um protocolo com a Portugal Telecom, que permitiu a manutenção de iniciativas como os Prémios Gazeta, bem como o lançamento da JJ, em janeiro de 2000, que também envolveu o apoio da Lisgráfica, do Inatel e do SJ. Na capa do primeiro número da revista, dirigida por Fernando Correia até 2017, uma fotografia de Inácio Ludgero, captada em Díli, remetia para o tema em destaque: "Timor – Jornalistas na frente".

Os tempos estavam a mudar. Também por efeito da saída das redações para fora de Lisboa, o sentido gregário do grupo profissional esmorecia. Mas se os Jogos de Jornalistas não sobreviveram ao século XX, a verdade é que o CJ lançou, em 2004, dois ambiciosos projetos: um programa de televisão no canal 2, da RTP, e o website, ambos com o apoio da Caixa Geral de Depósitos, que viria também a patrocinar os Gazeta – mais tarde, suportados pelo banco Santander e, atualmente, pela Câmara de Lisboa.

Dinamizado por João Alferes Gonçalves, que faleceu em agosto passado, o website depressa despertou o interesse de profissionais e académicos, atentos à informação disponibilizada. Atualmente, é editado por Patrícia Fonseca. Já o programa televisivo - projeto de que Ribeiro Cardoso, homenageado nesta edição da JJ, foi um dos principais responsáveis - cessou em 2008. Nas 174 edições, o CJ teve como parceiros a RTP e a Escola Superior de Comunicação Social (ESCS) de Lisboa. Muitos temas se debateram, muitos foram os convidados - e os moderadores, como Estrela Serrano, António Borga, Carla Martins, João Paulo Meneses, Dina Soares e Maria Flor Pedroso.

Quando Mário Zambujal assumiu a presidência, em 2007, já o CJ fora admitido na Federação Europeia de Clubes de Jornalistas, cuja presidência rotativa assegurou em 2009. Sob os seus mandatos, nasceu o Núcleo de Golfe e foi criada uma parceria com a Apifarma para o prémio Jornalismo em Saúde, que já atingiu a 7.ª edição. A pandemia de Covid-19 representou um golpe – os Gazeta não foram atribuídos em 2020. Superada a crise, o testemunho passou, no ano seguinte, para Maria Flor Pedroso. Dois eventos marcam o seu mandato, em curso: as "Conversas de Jornalistas" e o projeto "Clube de Jornalistas 25_40_50". A presidente do Clube faz referência a ambos, em artigo nestas páginas de celebração do 40.º aniversário. JJ

ZECA E AMÁLIA: ENCONTRO HISTÓRICO

Eugénio Alves

Em quatro décadas de vida de uma instituição tão marcante da nossa profissão haverá, certamente, momentos únicos e inesquecíveis a recordar. Acompanhei, desde a fundação, a atividade e as múltiplas iniciativas do Clube de Jornalistas (CJ), desde os conviviais e amplamente participados bailes e jogos desportivos – nacionais e ibéricos –, às visitas guiadas ao país real ("À descoberta de…"), à "Figura do mês", prémios Gazeta, revista JJ, colóquios, debates e outros acontecimentos, como o que assinalou o primeiro aniversário do Clube.

Um ano de vida na ainda "criança" de uma classe pouco dada ao associativismo justificava algo que motivasse a atenção e a conquista de novos sócios para o Clube. Atraídos pelo sentimento unitário que envolveu o I Congresso dos Jornalistas Portugueses, os membros fundadores do CJ convergiam na necessidade de um espaço orgânico, de âmbito cultural e recreativo, que consolidasse esse sentimento de união e camaradagem. Não se tratava de ignorar ou de competir com o Sindicato dos Jornalistas ou a Casa da Imprensa, mas, pelo contrário, de estimular e potenciar a vida associativa, com benefícios mútuos para as três organizações – envolvidas, aliás, na preparação do último e do próximo congressos da classe – como aconteceu, por exemplo, com a entrega da receita do primeiro Baile dos Jornalistas, realizado na Gare Marítima de Alcântara, à Casa da Imprensa.

Este foi o acontecimento do segundo ano da vida do CJ. No primeiro, a ilustrar esse espírito unitário, promovemos um encontro entre associados que ficou na história. O espaço da sede estava então limitado a uma pequena sala na sede do sindicato. Na reunião preparatória, já depois da escolha do local – o amplo e acolhedor Clube dos Empresários – discutiu-se o programa. O consenso apontava para um momento musical, houve sugestões de grupos e artistas. A questão residia no consenso. Sugeri o Zeca Afonso e falou-se, também, da Amália. O presidente, Silva Costa, manifestou dúvidas. Achava que não ia dar, que o Zeca talvez não aceitasse. Afirmei que o convencia e o Jorge Cobanco garantiu a presença da Amália.

Uns dias antes, telefonei ao Zeca a combinar um almoço na Trave, na Rua das Gáveas, intencionalmente marcado para o dia da festa. Só durante o almoço é que lhe falei de um convívio de jornalistas, no qual seriam distribuídas as medalhas dos jogos, realizados nas Açoteias. Não falei da presença de Amália. O Zeca disse que não, que não trazia a indumentária adequada. Respondi que em encontro de jornalistas não há gravatas nem fraques e combinei ir buscá-lo ao fim da tarde. Não ficou muito convencido, mas acabou por alinhar. Chegámos ao Clube dos Empresários por volta das 18 horas. O Zeca já denotava saúde frágil e, pouco tempo depois dos primeiros contactos, preferiu sentar-se.

Por volta das 19 horas, chegou Amália. Os membros e convidados do CJ espalhavam-se pelo rés-do-chão e pelo primeiro andar. No momento em que viu Zeca, Amália dirigiu-se para junto dele. Nunca se tinham falado. Era o primeiro encontro. Feliz e comovida, pergunta: "Zeca, acha que eu canto bem?". Zeca responde: "Se a senhora não canta bem, quem é que canta?"

Zeca e Amália

o encontro que faltava

«Não era conferência de imprensa, mas parecia», comentava o transeunte que nunca vira tanto jornalista junto...

De tais «pássaros», os jornalistas que na Aldeia das Açoteias calçaram sapatilhas para abalroarem os mais sólidos recordes mundiais foram na segunda-feira a um restaurante de luxo, a convite do Clube de Jornalistas. Taças eram muitas e grandes, em cima de uma mesa esperando que os «canpeões» lhes chamassem suas. Mas, antes, os copos... Uma jantarada volante obrigou muita gente a fazer mais quilómetros ali do que em três dias de Jogos Nacionais. Mas houve ainda tempo para a música.

António Jorge Branco ao piano. Amália Rodrigues, voz, e meia classe jornalística no coro, fizeram passagem pelo fado. Os Segréis de Lisboa levaram-nos até aos clássicos. Paulo Autran não cantou mas encantou muita fã telenovelística presente.

Bonito, bonito foi ver ali, a animar a malta, o Zeca Afonso. As palavras que trocou com Amália selaram o encontro de dois «monstros sagrados».

Tudo acabou com a entrega das taças referentes aos Jogos Nacionais. Como disse Silva Costa, honra aos vencedores sem que se esqueçam os vencidos, que vão poder desforrar-se nos próximos jogos, ou nos Mundiais... Na hora do dispersar era ver jornalista a sair exuberantemente, taça ao alto, em plena Avenida da República.

Foto: de Bruno Tavares

O jornal Se7e noticiou o encontro inédito entre Amália e Zeca Afonso

UMA BOA IDADE

Maria Flor Pedroso *

40 é uma boa idade. Parece que se está a meio da vida, mas o Clube não é gente. É mais do que gente, porque apesar de tudo são muitos aqueles que quase dão a vida, metaforicamente falando com certeza, pelo Clube de Jornalistas (CJ). De jornalistas e não dos jornalistas, como o Mário Zambujal sempre fez questão de dizer. Uma distinção que não é de somenos: só está cá quem quer e quem quer, quer estar. Temos a enorme vantagem de não queremos mais nada que não seja esta profissão que nos obriga a estar atentos ao outro, a perceber o outro, a confrontar com outros.

Estes 40 anos já foram, e deles, para lá dos Jogos de Jornalistas que animaram as primeiras décadas, quando os jornalistas eram menos numerosos e quase todos se conheciam, recordo o "Clube de Jornalistas", primeiro programa de televisão em que as questões do Jornalismo eram abordadas e discutidas por jornalistas, uma absoluta novidade em Portugal à época. Com pivots rotativos, mas, por todos, o Ribeiro Cardoso, o rosto e a alma do "Clube de Jornalistas" na :2 (actual RTP2), discutido até ao ínfimo pormenor, ao almoço, na mesa-redonda da sala dos azulejos da sede.

Temos 40 anos e estamos a construir os próximos 40.

Com as "Conversas de Jornalistas", fixámos os testemunhos dos que viveram o 25 de Abril, em podcast e em livro, que serão lançados no V Congresso dos Jornalistas, em parceria com a Casa da Imprensa e a Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Cruzamos gerações de jornalistas em entrevistas colectivas na iniciativa "Clube de Jornalistas 25_40_50", em parceria com a Escola Superior de Comunicação Social e a Agência Lusa – 25 perguntas nos 40 anos do CJ e nos 50 do 25 de Abril (já por lá passaram António Costa, Tiago Rodrigues e, em Setembro, será a vez de Elisa Ferreira).

Mantemos a âncora nesta revista que está a ler, a JJ – Jornalismo & Jornalistas – mais de duas décadas de reflexão, crítica e análise do nosso trabalho quotidiano de saber o que se passa neste mundo. De pensar como contar o mundo, a ler, a falar, a mostrar, a dialogar. A JJ é uma referência no meio académico, uma responsabilidade construída ao longo dos anos, sobretudo por Fernando Correia, Eugénio Alves e Paulo Martins, com a colaboração de muitos.

Mantemos a âncora nos Gazeta. Nos prémios mais prestigiados da classe, vamos para a 38ª edição, onde distinguimos os melhores dos melhores. Basta uma rápida olhada na lista de premiados e dos temas tratados para perceber que o melhor do Jornalismo português passou por aqui.

Mais recentemente, há sete anos, criámos uma nova parceria com o foco na saúde, porque a nossa saúde passou a ser mais importante, estamos mais velhos e mais doentes e o Jornalismo foi atrás da notícia. Com a Apifarma, desenvolvemos um prémio que distingue aqueles que, no Jornalismo, melhor tratam os temas da saúde. Ainda mais recentemente, outro parceiro, a Imprensa Nacional Casa da Moeda, quis fazer connosco o Prémio Jornalismo de Excelência Vicente Jorge Silva. Tem sido outra descoberta de talentos. Este ano será a terceira edição.

Nos próximos 40 anos, queremos continuar a misturar experiências profissionais

Uma palavra final para aqueles que estão connosco desde o início. Não fora a vontade da Câmara Municipal de Lisboa em 1983 e não teríamos esta sede, na Rua das Trinas, que nos caracteriza e que tem sido um magnífico local de encontro, de convívio e de prazer gastronómico. Vale a pena dizer que esta relação se mantém até hoje, até como apoio principal aos Prémios Gazeta. Ao longo dos anos, outros parceiros foram acontecendo. Fica uma palavra de agradecimento para esses, mas também para aqueles que permanecem, como a Fundação Inatel e a Associação Mutualista Montepio.

Nos próximos 40 anos, queremos continuar a contar Jornalismo, a misturar experiências profissionais, a proporcionar aos jornalistas um espaço de encontro e de conversa e de troca de ideias e maneiras de fazer e a ser um fio condutor da história que os jornalistas portugueses fazem todos os dias.

** Presidente da Direção do Clube de Jornalistas*

INÁCIO LUDGERO, CORTESIA GESCO

CONTA SÓ UM EPISÓDIO

Pedimos a quem conhece o Clube há anos, com presença assídua, que contasse um episódio (quase) de memória. Aqui ficam alguns depoimentos.

Mário Zambujal, presidente da Direção de 2007 a 2023, atual presidente da Assembleia Geral

"Todo o meu tempo de presidente da Direção está ligado ao Eugénio Alves, que me convidou e me apoiou sempre, em quem baseei o meu conhecimento da vida anterior do Clube. Ninguém está tão habilitado como ele para isso. Foi insubstituível, porque muito do que eu resolvi foi com base na informação do Eugénio, que tem uma grande memória do passado e uma grande perspetiva do pro-

(Da esq. para a dir.) Silva Costa, primeiro presidente da Direção do Clube; Equipas masculina e feminina de futebol marcaram presença nos Jogos de Jornalistas;

Em baixo: Prémios Gazeta de 1993 e 2001: Clube reconhece o trabalho dos jornalistas há quase 40 anos

gresso do Clube. Nessa evolução é que há episódios – divertidos, por vezes, mas também de preocupação, pelas dificuldades financeiras. Há duas figuras insuperáveis na minha memória: o Eugénio e a Palmira [Oliveira], que me capacitaram para tomar decisões. Olho para trás e vejo esse tempo como bonito, que me agradou muito".

Dina Soares, membro dos corpos gerentes desde 2007, com passagem pela Direção, como vogal

"Sempre acompanhei com atenção o programa de debate que o Clube manteve durante cerca de cinco anos na RTP2. Foi, portanto, com entusiasmo que aceitei o convite de Ribeiro Cardoso para participar numa edição dedicada ao jornalismo parlamentar, em que participaram a Anabela Neves, então jornalista da SIC, e a Judith Menezes e Sousa, da TSF. O programa tinha começado há pouco e a conversa seguia descontraída quando, de repente, apanhei um susto que nunca vou esquecer. O

CORRÊA DOS SANTOS

A JJ foi lançada em 2000. Ao centro, Fernando Correia, diretor até 2017

DIANA QUINTELA)

Mário Zambujal em cerimónia de entrega dos Prémios Gazeta

estúdio, nas antigas instalações da RTP no Lumiar, estava decorado com enormes painéis presos nas paredes. Um deles, soltou-se e aterrou em cheio em cima da minha cabeça, tapando tudo em volta. Ouviram-se gritos assustados e os presentes no estúdio vieram ter comigo para me salvar daquela agressão inopinada. Só depois de retirarem o painel é que eu percebi o que tinha acontecido. O facto de ser uma estrutura em esferovite salvou-me de consequências mais funestas. Mesmo assim, ainda estive uns minutos com gelo na cabeça, antes de a gravação do programa prosseguir".

Eva Henningsen, membro da Direção desde 1994, depois de um mandato como substituta

"Cheguei a Portugal no fim dos anos 70. Sendo jornalista da *Politiken*, comecei a colaborar com o Clube por volta de 1985 – não sei exatamente o ano. Lembro-me de um episódio marcante, não necessariamente alegre, mas que me impressionou muito. Estávamos numa sessão com o Ramos-Horta – Timor ainda se encontrava sob ocupação indonésia. Quando chegou a hora do recreio da escola [que funcionava no 1.º andar do edifício-sede do clube], o Ramos-Horta ouviu os alunos e começou a chorar. 'As crianças de Timor, as crianças de Timor…'. Nós não sabíamos o que dizer!"

Palmira Oliveira, secretária da Direção do Clube desde 1986

"Trabalhava na Tricontinental Editora, que publicava os *Cadernos do Terceiro Mundo* e o *Guia do Terceiro Mundo*, onde colaborava o Carlos Pinto Santos, que me falou do Clube. Vim a uma reunião da Direção e, no final, o presidente, Fialho de Oliveira, perguntou-me se tinha tomado notas para a ata. Respondi que não, porque estava presente a secretária eleita. 'Então, amanhã apresenta-se ao serviço'. Desde então, tenho feito uma carreira gratificante para mim e, espero, para o Clube. Fialho de Oliveira é um senhor! Olhava para ele e até me sentia intimidada, mas era o meu protetor. Trabalhei também muito com o Eugénio Alves, que está sempre presente nos momentos difíceis do Clube".

Pedro Oliveira, vogal da Direção entre 1984 e 1988; vice-presidente de 2001 a 2007

"O jantar anual de entrega dos prémios Gazeta sempre foi um momento para recordar valores e métodos de trabalho, mas também de convívio – comer, beber, conversar, partilhar histórias. Um jantar, em particular, me impressionou – o primeiro na Culturgest, quando a Caixa Geral de Depósitos se associou aos prémios. A sala estava muito bem composta, talvez demasiado luxuosa para a nossa bitola. O então presidente da República, Cavaco Silva, que discursou e foi, naturalmente, o centro da cerimónia, não tinha as melhores relações com a classe dos jornalistas. Levantou-se quando o jantar ainda estava a meio e nós admitimos que esse gesto punha fim à celebração. Permitimos um encerrar de festa quase decretado oficialmente, por um 'poder externo' ao Clube. Isso deixou-me insatisfeito. Devíamos ter acabado de beber as nossas garrafas de vinho... Perderam-se momentos de convívio, camaradagem e mesmo boémia". JJ

Ribeiro Cardoso (1945-2023)

ATÉ SEMPRE...

Eugénio Alves

Foi em Coimbra, em meados dos anos 60 do século passado, que Albino Ribeiro Cardoso deu os primeiros passos numa longa e exaltante caminhada na profissão que sempre ambicionou e de que foi um exemplo raro de dedicação, rigor e combatividade solidária. Aluno de Filologia Germânica, publicou as primeiras reportagens e entrevistas no jornal *Capa e Batina*, colaboração que manteve até à ida para Lisboa. Aqui concluiu o curso na Faculdade de Letras da Universidade Clássica e, após um período breve de colaboração no trissemanário *Record*, ingressou, em 1971, no *Diário de Lisboa*. Mobilizado, dois anos depois, como oficial miliciano para Moçambique, aí festejou a queda da ditadura. Nomeado pelo alto comissário do Governo de Transição, comandante Vítor Crespo, para a direcção do Rádio Clube de Moçambique, Ribeiro Cardoso viveu momentos difíceis em Lourenço Marques, com a tentativa golpista de 7 de Setembro de 1974, que visava travar o processo de independência da colónia.

Regressado a Lisboa em 1975, voltou ao DL. Ainda nesse ano, integrou a equipa fundadora do semanário *O Jornal*, mas acabou por optar pelo vespertino. Aconteceu o 25 de Novembro, o DL foi suspenso, e Ribeiro Cardoso avançou para o matutino *O diário*, de que se despediu quatro anos depois, para voltar ao DL. Membro do Conselho de Imprensa (1977-1981), eleito pela classe, liderou no biénio 1981-1983 o Conselho Técnico e Deontológico do Sindicato dos Jornalistas e fez parte da Comissão Organizadora do I Congresso dos Jornalistas Portugueses (1983). Paralelamente à atividade na imprensa escrita, produziu e realizou, em coautoria, reportagens para a RTP, uma das quais, de sua autoria exclusiva, valer-lhe-á o Prémio Gazeta de Televisão. Em 1988, deixou o DL pela vida breve do *Europeu* – nove meses durou o badalado projeto de imprensa diária – "emigrando" para Macau, onde continuou jornalista, quer de imprensa quer de televisão, e como correspondente do *Jornal de Notícias*.

Novo regresso a Lisboa e, a par da atividade em publicações e programas da RTP, Ribeiro Cardoso integrou a direção do Clube de Jornalistas, onde coordenou e coapresentou o programa "Clube de Jornalistas", emitido na RTP 2 (2004-2008). Na década seguinte, ei-lo dedicado à Associação 25 de Abril, colaborando n'*O Referencial* e em múltiplas iniciativas dos militares de Abril e publicando dois livros fundamentais para a compreensão do que ocorreu no 25 de Novembro de 1975 nos órgãos de comunicação estatizados e da tentativa golpista de 7 de Setembro de 1974, em Moçambique.

FERNANDO RICARDO

Eugénio Alves, Ribeiro Cardoso e Eduardo Gageiro num desfile comemorativo do 25 de Abril

Concluído e pronto para publicar desde 2021, está um terceiro livro, com testemunhos inéditos dos militares que viveram o 25 de Novembro.

Limitações de espaço obrigam-me à síntese. Algo ficará por contar. Mas permitam-me uma evocação mais pessoal. O Bino, assim o tratavam os mais próximos, insistia, por vezes, na ideia de que eu era o irmão que não teve. E, nos dias mais amargos da sua partida, entendi bem as suas razões. Estivemos dois anos na mesma turma do liceu Alexandre Herculano, no Porto. Jogámos na mesma equipa júnior do Futebol Clube do Porto, habitámos na mesma república coimbrã, "Ninho dos Matulões", concluímos as licenciaturas na Faculdade de Letras de Lisboa, casámos no mesmo ano (1968), trabalhámos nos mesmos jornais (DL e *Europeu*), fomos eleitos na mesma lista sindical que organizou o I Congresso dos Jornalistas, estivemos juntos na liderança do Clube de Jornalistas (prémios Gazeta, site, revista *Jornalismo & Jornalistas*, programa na RTP 2) e fomos, desde 2003, vizinhos no Parque das Nações.

Seis décadas intensas de fraternidade e camaradagem marcaram as nossas vidas… incluindo as inesquecíveis caminhadas, juntos, de cravo ao peito, na avenida, no dia da alegria maior.

Nesta breve evocação de Ribeiro Cardoso, jornalista de Abril, meu irmão e camarada, recordo e subscrevo as palavras do poeta José Gomes Ferreira junto à urna de Ferreira de Castro, dias depois do 25 de Abril de 1974: "a um amigo que parte não se diz adeus, diz-se *até sempre*!"

* *Texto originalmente publicado na revista* O Referencial, *da Associação 25 de Abril.*

Bicentenário do nascimento de Henriques Nogueira

O JORNALISMO COMO CONTRAPODER E TRIBUNA IDEOLÓGICA

Álvaro Costa de Matos *

Henriques Nogueira desenhado por Rafael Bordalo Pinheiro para *O António Maria* de 3 de Fevereiro de 1881.

1. NOTAS BIOGRÁFICAS

Assinala-se este ano o bicentenário do nascimento de José Félix Henriques Nogueira (JFHN), "uma das personalidades-chave dos meados do século passado", segundo Joel Serrão. Mas quem foi JFHN? Sabemos que nasceu a 15 de Janeiro de 1823, no lugar de Buligueira, freguesia de Dois Portos, à data pertencente ao concelho de Ribaldeira, que ao ser extinto em 1855 foi incorporado no de Torres Vedras. Filho de Félix Henriques Nogueira (1796-1830) e de Maria do Espírito Santo Henriques Nogueira (1796-1880), herdou "uma grande fortuna", que lhe assegurou uma existência independente e a liberdade para criticar o que achava que estava errado. Após a morte do pai, em 1830, foi viver para Lisboa, com o tio Luís Henriques Nogueira, negociante e comerciante. Frequentou o Liceu Central de Lisboa, tendo sido "aprovado plenamente" nos exames de Latinidade, em 1837, de Filosofia e de Retórica, em 1839.

Sabemos que com 17 anos está entre os signatários de uma "Representação aos Deputados da Nação Portuguesa", exigindo a preservação do concelho de Ribaldeira, ameaçado de extinção administrativa. Sabemos que por duas vezes se candidatou à Câmara dos Deputados – em 1851, por Alenquer; em 1852, por Torres Vedras – e por duas vezes viu rejeitada a candidatura. Na segunda ocasião, publicou no jornal *A Revolução de Setembro* de 27 de Novembro de 1852 o artigo "Aos eleitores do círculo de Torres Vedras", alocução-programa onde defendeu a reforma da administração municipal, a "primeira e valiosíssima base de prosperidade pública".

Sabemos, ainda, que em 1853, talvez frustrado com a política, fez várias viagens ao estrangeiro, passando por Inglaterra, Espanha, França, Bélgica e Alemanha. Estas viagens reforçaram os seus princípios doutrinários, permitiram-lhe estabelecer contactos com círculos liberais e maçónicos e explicam a dimensão ecuménica presente no seu pensamento político e social. Entre 1853 e 1858, redigiu algumas das principais obras, onde expôs os

seus ideais, colaborou na redacção de vários jornais e revistas e fundou alguns títulos jornalísticos.

Primogénito de seis irmãos, foi o último a falecer, solteiro e sem descendência conhecida, em 23 de Janeiro de 1858, com apenas 35 anos, vítima de tuberculose, o que causou grande consternação pública: a sua morte foi noticiada nos principais jornais e objecto de vários artigos de homenagem à sua memória. Foi sepultado no cemitério dos Prazeres (Lisboa), num jazigo encomendado pela mãe, sobre o qual foi colocado um busto de JFHN, feito por Manuel Maria Bordalo Pinheiro.

O PANORAMA.

Henriques Nogueira estreou-se na imprensa no jornal literário e instrutivo *O Panorama*, em 1844, com um artigo sobre a Ericeira

2. JORNALISTA

Como a maioria dos intelectuais do seu tempo, JFHN publicou os seus primeiros escritos na imprensa, ligação que manteria até à data da sua morte, em 1858, com uma produção que versou os mais variados assuntos: agricultura, educação, iberismo, organização municipal e central, associativismo local, caminhos-de-ferro, vinhos portugueses, eleições, Regeneração, críticas literárias, introdução a textos de autores coevos, etc. Começou n'*O Panorama* (1837-1868), um dos principais órgãos do romantismo literário português, ao lado de nomes como Alexandre Herculano, que o dirigiu inicialmente, Silvestre Pinheiro Ferreira, Rebelo da Silva ou Camilo Castelo Branco.

O primeiro artigo de JFHN, "Ericeira", saiu em 1844. Passou depois por outros periódicos, os "mais lidos de Portugal", onde deixou vasta colaboração jornalística: *Eco dos Operários* (1851), com uma "Carta ao Centro Eleitoral Operário"; *A Revolução de Setembro* (1851-1852), com críticas literárias a António Feliciano Castilho e J. A. dos Santos e Silva, artigos sobre interesses agrícolas e o programa político acima referido; *Jornal da Associação Industrial Portuense* (1852), onde dissertou sobre as vantagens do método Castilho; *Revista Peninsular* (1855), com mais críticas literárias (José de Aldama Ayala) e textos sobre Espanha; *O Scalabitano* (1857), onde voltou a escrever sobre instrução primária; e *Arquivo Pitoresco* (1858), com as recordações das suas viagens ao estrangeiro.

JFHN não se limitou a colaborar, fundou, ele próprio, revistas e jornais. Em 1851, deu à estampa o *Almanaque Democrático*, onde biografou importantes autores estrangeiros, como Victor Hugo, Mazzini, Raspail ou Lamartine (alguns destes nomes influenciaram o seu ideário). Neste almanaque, publicou ainda importantes estudos sobre a problemática do municipalismo, do iberismo, do associativismo local e do centralismo. Esta publicação, que saiu até 1854, contou com a colaboração da nata intelectual da altura: Herculano, António Feliciano de Castilho, Lopes de Mendonça, António Rodrigues Sampaio, Gama de Barros ou Xavier Cordeiro.

Em 1854, ajudou a fundar o jornal *O Progresso*, do qual foi também redactor. Nas páginas d'*O Progresso*, que sobreviveu até 7 de Maio de 1856, aparece como comentador assíduo da actualidade política e social do País. Assina quase meia centena de artigos, em que a nota dominante é o ataque feroz à Regeneração e à Monarquia Constitucional que a sustentava. Em 1855, fundou ainda o *Almanaque do Cultivador*, dedicando aqui a sua atenção às questões económicas do país com a publicação de valiosos trabalhos sobre problemas agrícolas.

Frustradas duas tentativas de participar no poder como deputado ao Parlamento, JFHN vai usar a imprensa como tribuna para divulgar as suas ideias políticas e sociais, afirmando-se como figura de relevo no contrapoder, o Jornalismo.

3. PUBLICISTA

Indissociável da sua actividade como jornalista são os dois mais importantes trabalhos publicados por JFHN: "Estudos sobre a reforma em Portugal", de 1851, e "O município no século XIX", de 1856 - obras fundamentais no contexto político da primeira geração socialista portuguesa e na estruturação da doutrina do movimento republicano. Para Teófilo Braga, a República, "a sua fórmula consciente, isto é, histórica e científica, só apareceu no livro dos 'Estudos sobre a reforma em Portugal'", enquanto na segunda obra o autor torriense avivava as tradições locais "contra a absorção do centralismo monárquico" (*Era Nova*, 1881). Estes dois livros permitem identificar e caracterizar, como em nenhum outro texto, e de forma tão rigorosa, o ideário de JFHN, que se estrutura nas seguintes linhas de força:

(I) abolição da Monarquia e instalação da República em Portugal e Espanha;
(II) desmembramento do estado espanhol, pela emancipação das diferentes nacionalidades que o integram;
(III) federação dos diversos estados hispânicos daí resultantes, abrangendo Portugal, em termos de perfeita igualdade e equilíbrio de forças;
(IV) acentuada descentralização administrativa e correspondente reforço da administração local;
(V) incremento e modernização da agricultura;

(VI) reforma da sociedade através do imposto único progressivo e de uma densa rede de cooperativas, tendo em vista a gradual ascensão das classes trabalhadores sem o recurso à luta de classes.

A morte prematura, em 1858, impediu que JFHN deixasse outros livros para a posteridade, embora não se ponha de parte que por essa altura já tivesse escrito o manuscrito inédito intitulado "Catecismo democrático" e deixado "elementos para um trabalho em preparação designado como 'Ibéria histórica'" (Neto, 2005) - textos que nunca foram encontrados. Mas não impediu que em Janeiro de 1881, como forma de unificar as diversas facções republicanas, o seu nome servisse de inspiração para a criação de um novo centro republicano, o Clube Henriques Nogueira. Tal como não impediu que, no ano seguinte, figurasse na revista *Galeria Republicana*, ao lado de nomes ilustres como Victor Hugo, Manuel de Arriaga, Louis Blanc, Marquês de Pombal, Rafael Bordalo Pinheiro, Teófilo Braga, José Garibaldi, Pi y Margall ou Maria Luísa Caldas. Ao fazê-lo, a revista dirigida por Magalhães Lima não só procurava resgatar do esquecimento o nome de JFHN, mas, sobretudo, imortalizá-lo como um dos principais teóricos e preconizadores do republicanismo, "o ilustre fundador da moderna democracia portuguesa". A 21 de Outubro de 1909, a Câmara Municipal de Lisboa aprovou a proposta do vereador Agostinho Fortes para atribuição do topónimo "Henriques Nogueira" à rua entre os Paços do Concelho e o Ministério do Reino, que se manteve até hoje.

4. INTERVENÇÃO IDEOLÓGICA NOS JORNAIS

Contrariamente aos republicanos e liberais de esquerda que fizeram parte da "Geração de 50" (Lopes de Mendonça, Sousa Brandão, Rebelo da Silva ou Andrade Corvo), JFHN não aderiu à Regeneração. Optou, antes, pelo debate ideológico na imprensa escrita, para se opor à prática política de Fontes Pereira de Melo e dos seus seguidores, nos seguintes aspectos:

(I) achava que a política regeneradora funcionava como uma verdadeira "ditadura";

(II) apesar do seu republicanismo, acreditava que o desenvolvimento se poderia realizar no quadro político monárquico, desde que existisse uma oposição forte agrupada no "partido progressista" e em torno de uma proposta alternativa ao liberalismo regenerador;

(III) pensava que a divisa política da Regeneração – a justiça e a moralidade – não era aplicável, pois a sociedade estava mergulhada numa profunda crise moral;

(IV) criticou nas páginas d'*O Progresso* a política de infra-estruturas, nomeadamente a dependência do capital externo, o atraso das obras de construção do caminho-de-ferro de Lisboa a Santarém e o incumprimento dos contratos estabelecidos com o Governo português;

(V) denunciou o aumento da dívida pública, o crescimento das despesas do Estado e a impossibilidade de realização de receitas devido às dificuldades económicas da agricultura;

(VI) discordou das medidas avulsas adoptadas pela Regeneração, como a nova lei de recrutamento militar, o projecto de reforma dos vínculos ou a "décima de repartição";

(VII) discutiu outras questões, como a intenção do Governo de extinguir os contratos de tabaco e sabão ou a ajuda aos "irmãos" da Madeira atingidos pela miséria social (1855).

Nas críticas que fez à política regeneradora, JFHN recorreu frequentemente à argumentação das duas obras fundamentais, pautando a sua intervenção cívica pela coerência das suas ideias políticas e sociais: republicano democrático, municipalista, federalista e socialista.

Nunca se sentiu atraído por um sistema político (liberalismo monárquico) que se fundamentava em princípios opostos aos seus. Todavia, no plano económico e social, as suas discordâncias com os regeneradores não radicavam no objectivo desenvolvimentista, mas no modo de realizar o progresso: JFHN preferia que o desenvolvimento económico fosse protagonizado pelas forças internas do país, capitais nacionais para a realização das obras, através dos seus próprios recursos, num quadro político-cultural diverso.

5. PAPEL DA IMPRENSA

Com o triunfo definitivo do liberalismo sobre o absolutismo (1834), assistiu-se ao desenvolvimento da imprensa periódica em Portugal. Os jornais assumiram-se como o "quinto poder" do Estado, que escrutinava o poder político de turno e debatia os problemas que afectavam a vida do país. JFHN conhecia muito bem a situação da imprensa, quer porque colaborou regularmente em vários jornais e revistas, quer porque fundou alguns periódicos, como vimos. E reflectiu sobre ela. Qual o seu papel na sociedade? Segundo JFHN, cabia à imprensa:

(I) criar uma opinião pública crítica, informada e esclarecida;

(II) reformar a instrução pública;

(III) proporcionar a livre discussão das ideias para benefício da sociedade;

(IV) combater a ignorância e o analfabetismo estrutural;

(V) ser um instrumento decisivo para a veiculação da informação, da literatura, da história, da filosofia, da arte e da ciência.

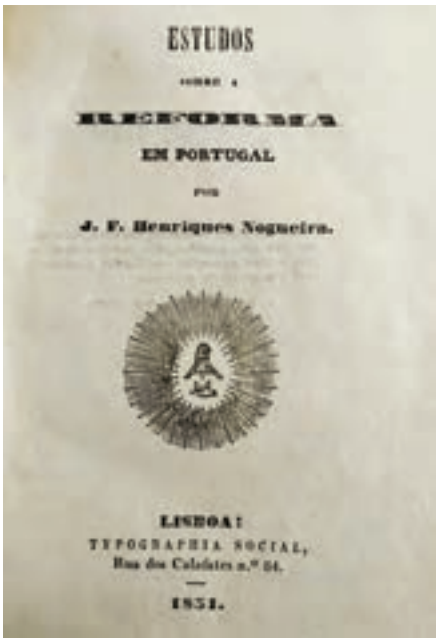
O conhecimento que tinha do Jornalismo permitiu-lhe fazer um diagnóstico da sua situação em meados de século XIX, no qual se destacava a repressão que os jornais ti-

A REVOLUÇÃO DE SETEMBRO.

Colaborador, em 1851-52, d'*A Revolução de Setembro*, talvez o mais importante jornal político do liberalismo monárquico

ALMANAK DEMOCRATICO
PARA 1852.
COLLABORADO POR
LISBOA:
TYPOGRAPHIA SOCIAL,

Um dos projetos pessoais de Henriques Nogueira, publicado em Lisboa entre 1851 e 1854


ESTUDOS
EM PORTUGAL
POR
J. F. Henriques Nogueira.
LISBOA:
TYPOGRAPHIA SOCIAL,
1851.

Obra fundamental do pensamento político de Henriques Nogueira e o resultado do amadurecimento de muitas ideias publicadas originalmente na imprensa

nham sofrido com o governo cabralista e a ausência de hábitos de leitura na população, que dificultava a difusão de jornais e a criação de uma opinião pública. JFHN achava, ainda, que a imprensa havia sido "profanada por escritores corruptos e ignorantes, circunscrita a uma área acanhada e a um mercado ainda mais diminuto".

Conhecendo estes problemas, elaborou uma proposta de fundação de imprensa associada ao propósito de reformar a instrução pública, baseada na criação de uma imprensa do Estado, a nível central e municipal. A imprensa central, instrumento do Governo, teria uma função de "ilustração e moralidade" em relação à sociedade; a municipal a função o fornecimento de informação com utilidade prática. A par disto, caberia ainda ao Estado a edição das "memórias anuais, das escolas e do instituto central das ciências e artes", bem como dos "grandes trabalhos de história, de geometria, de arqueologia e filologia do país".

Com esta proposta, JFHN esperava obter alguns resultados, desde logo o alargamento da leitura e da instrução, para a libertação das consciências sociais do obscurantismo, mas também uma influência positiva na informação dos cidadãos e na progressiva secularização das consciências. Atribuía assim ao poder político a função de veicular uma cultura e uma ideologia adequadas à nova ordem social que resultava do seu programa reformador. O cidadão da futura República encontraria nos periódicos do Estado a informação de que necessitaria. Enquanto factor de progresso, o Estado monopolizaria a imprensa para, através dela, estimular o avanço cultural do país.

Como explicar este estatismo? Devido à fragilidade da sociedade civil portuguesa em meados do século XIX; na opção de JFHN pelo socialismo governamental, que o levava a conceber este tipo de mecanismos com vista à criação de um consenso ideológico em torno do Estado e à reprodução do sistema político, económico, social e cultural que propôs; por último, porque o Estado constituía o pilar central da sua proposta ideológica alternativa ao liberalismo monárquico e ao individualismo social: o Estado, através da descentralização administrativa e do reforço do município, era o "motor" da mudança. Em suma, JFHN atribuía ao poder político uma função essencial na reforma da sociedade num sentido socialista. JJ

BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA

- MATOS, Álvaro Costa de - "Henriques Nogueira: jornalista e publicista", *in Badaladas* (26-5-2023).
- NETO, Vítor - *As Ideias Políticas e Sociais de José Félix Henriques Nogueira*. Torres Vedras: CMTV, 2005.
- NOGUEIRA, J. F. H. - *Obra Completa* (Ed. org. por António Carlos Leal da Silva), 4 volumes. Lisboa: INCM, 1976-82.

* *Historiador e investigador do ICNOVA e HTC-CFE, NOVA FCSH.*

Fernando Valdez (1949-2023)
UM LUTADOR

Orlando César

Rigor, solidariedade e militância são três vocábulos que expressam qualidades da pessoa, do profissional e do cidadão Fernando Valdez. Um lutador íntegro e empenhado, nascido em 2 de Setembro de 1949 e que nos deixou em 27 de Abril passado.

Ingressou na profissão em 1973, há 50 anos. Foi a expulsão do Instituto Superior Técnico, onde frequentava o 5.º ano do curso de Engenharia Química, que lhe franqueou o ofício do Jornalismo. Foi dirigente associativo no Técnico, cuja associação de estudantes se revelou uma das mais activas nas lutas estudantis nos anos 60 e 70 do século passado. Esses anos de luta política estudantil, entre 1967 e 1974, foram objecto de uma exposição sobre o Movimento Estudantil no Técnico e de uma série de debates, entre Novembro de 2018 e Janeiro de 2019. Logo em 8 de Novembro de 2018, Fernando Valdez moderou o debate sobre "Propaganda e Imprensa Estudantil". O movimento estudantil constituiu-se como um espaço público de debate, de divulgação cultural, de formação cívica e de luta contra a ditadura.

A expulsão de Valdez, como de muitos outros, deveu-se a essa intervenção cívica. A mulher, Josefina Valdez, conta que ainda se inscreveu na Faculdade de Ciências do Porto, onde fez algumas cadeiras. O nascimento da primeira filha, Ana, e o apelo do jornalista já em construção determinaram que enveredasse pela actividade profissional em 1973, nas Publicações Nova Idade.

O Técnico foi marcante no seu futuro pessoal, profissional e político. Descortinava-se nele uma marca de rigor científico na forma como entendia que os jornalistas deviam tratar as estatísticas. Rigor que emanava como uma qualidade e se repercutia em outras dimensões da vida.

No seu percurso pessoal, teve mais dois filhos, Margarida e Vasco Valdez, enquanto no campo profissional dedicou 40 anos de trabalho a agências de notícias. Começou em 1975 na ANI, de onde transitou para a ANOP, que viria a transformar-se, por incorporação da NP, na agência Lusa.

A luta em defesa da ANOP, nos anos 1980, foi um de muitos combates a que se entregou com tenacidade, quer nas organizações representativas dos trabalhadores das agências, quer em órgãos do Sindicato dos Jornalistas. Era solidário para com as outras pessoas, como demonstrou, já reformado, na última luta dos jornalistas da Lusa. A solidariedade não era para ele um valor de circunstância ou uma questão de etiqueta. A sua ligação ao Partido Comunista Português vinha de um tempo anterior ao 25 de Abril e mantinha-se organizado no Sector Intelectual da Organização Regional de Lisboa. Mas a sua militância era mais vasta. Abarcava também a esfera profissional e a condição de cidadania.

Convivi com o Fernando Valdez durante mais de quatro décadas. Recordo duas circunstâncias em que estivemos juntos no ofício profissional. Coincidimos na atitude crítica face às transformações que ocorriam nas relações dos jornalistas com as fontes. Uma delas foi no Ministério das Finanças, onde Braga de Macedo, ministro de Cavaco Silva, tinha inaugurado um encontro privado com jornalistas com intenção de nos orientar no que havíamos de escrever. A outra foi uma conferência de imprensa, também inovadora e à mesa, num restaurante de luxo na avenida da República, em Lisboa. Tratava-se de uma sessão em que a mensagem dos empresários era acompanhada por pitéus requintados, regados por vinho afamado. Assentava numa hierarquização discriminatória dos jornalistas em função do interesse da fonte. O jornalista do meio considerado mais importante abancava à mesa do presidente do conselho de administração e o do meio menos relevante para a fonte partilhava a mesa com o assessor menos qualificado. Conferência à mesa não, obrigado. E, porque o podíamos fazer, saímos os dois.

O exemplo do camarada Fernando Valdez faz falta ao Jornalismo. JJ

PEDRO ROCHA

Valdez dedicou 40 anos de trabalho a agências noticiosas

Patrícia Leitão: "Trabalhamos nos feriados e fins-de-semana, não temos horários, folgas são quando dá"

CONTAR O ALENTEJO A PARTIR DE PORTALEGRE

O setor do Jornalismo é o reflexo da perda de população no concelho. Atualmente, nas quatro redações existentes em Portalegre não trabalha mais do que uma dezena de jornalistas que procuram levar o norte alentejano ao seu público.

Catarina Seabra e José Martins * Texto e fotos

Herdeira de prestigiados títulos no Jornalismo local português, na cidade de Portalegre restam hoje quatro redações: a Rádio Portalegre, o jornal *Alto Alentejo*, o site Canal Alentejo e a delegação da SIC. O *Correio da Manhã* e a Agência Lusa têm correspondentes. Noutros tempos, não muito distantes, também ali mantinham atividade os históricos *Fonte Nova* e *Distrito de Portalegre*, além da rádio São Mamede. Projetos que não resistiram ao exíguo mercado publicitário do concelho e do distrito e, por isso, fecharam portas na última década e meia.

Para quem anda pelas estreitas ruas da zona histórica de Portalegre, é fácil dar de caras com as instalações do *Alto Alentejo*, nas proximidades da Igreja de São Tiago. Fundada há 17 anos por Manuel Isaac Correia, um homem com fortes ligações ao jornalismo portalegrense, a publicação dispõe atualmente de mais dois jornalistas, além Manuel Isaac Correia, que é também o diretor. Não é uma redação muito grande; é a possível e a que dá garantias de sobrevivência, sem entrar em loucuras, mas que obriga ao esforço de todos para colocar na rua, semanalmente, a edição. "Nós trabalhamos nos feriados e fins-de-semana, não temos horários, folgas são quando dá, quando nos conjugamos entre nós e precisamos. É um bocadinho por aí, porque folgas fixas não há", refere Patrícia Leitão, uma das jornalistas com mais anos de permanência na redação do jornal.

Além da edição semanal, que sai às quartas-feiras com

uma tiragem média de 2000 exemplares, a publicação tem procurado apostar também no online, através de um site e das redes sociais. "É uma forma de preparar o futuro, garantindo a presença da marca no meio digital", explica Tiago Silva, jornalista responsável pelas redes do *Alto Alentejo*. Contudo, reconhecem os jornalistas, é a edição em papel que mais mobiliza a redação e mais atrai leitores, pelo menos os mais tradicionais. Aliás, a escolha da quarta-feira para a distribuição pelas bancas, não foi feita por acaso, como explica Manuel Isaac Correia: "Escolhemos a quarta-feira porque é um dia importante para a cidade, é um dia que tradicionalmente tinha dois mercados importantes, era o dia dos leilões de gado, os agricultores e os clientes vinham à cidade, fossem do concelho ou dos outros concelhos ao redor".

A falta de recursos humanos é a principal dificuldade com que o jornal se debate no dia a dia. Com apenas dois jornalistas, quando há acontecimentos para cobrir às segundas ou terças-feiras, é preciso deslocar um deles para o exterior, restando apenas o outro na redação, o que complica muito o trabalho de fecho da edição.

Apesar da equipa reduzida, o jornal *Alto Alentejo* procura fazer a cobertura de toda a região Norte do Alentejo, com particular enfoque nos concelhos do distrito de Portalegre. Tratando-se de uma zona do país que enfrenta um problema de abandono da população, em particular dos jovens, a aposta, do ponto de vista noticioso, consiste muitas vezes na cobertura de festas populares e eventos culturais. Esta opção editorial revelou-se complicada, sobretudo durante a pandemia, quando muitos destes acontecimentos foram cancelados. "Foi mais complicado para nós enquanto trabalho. Deixámos de ter eventos, atividades normais do nosso trabalho", lembra Patrícia Leitão.

Por isso, a estratégia editorial teve de ser alterada para continuar a merecer a confiança dos leitores, como explica Tiago Silva: "Encontrámos uma fórmula mais didática e mais informativa. O que é que as pessoas podiam fazer? Tentámos abranger outras áreas. Lembro-me de que também falei com uma psicóloga, para ela escrever sobre a Covid-19 e as crianças, sobre o que os pais podiam fazer com as crianças fechadas em casa. Portanto, conseguimos, mais ou menos, colmatar isso, mas nas primeiras semanas o que realmente importava era [realizar a cobertura] onde havia casos. Andávamos quase a procurar, para podermos alertar as pessoas", conta Tiago Silva.

GARANTIR A PROXIMIDADE NUM CANAL NACIONAL

Naquele final de manhã de sexta-feira, Hugo Alcântara, jornalista da SIC em Portalegre, estava a poucos minutos de terminar uma peça para o Jornal da Tarde daquela estação televisiva. Não faltava muito para a peça entrar e o relógio não facilitava o trabalho do jornalista, já com passagens por outros órgãos de comunicação, como a Rádio Portalegre. "É quase sempre assim", disparou,

Hugo Alcântara: "As delegações são bastante importantes na operação diária da SIC"

enquanto dava os toques finais na edição da peça. Naquele dia, tinha ocorrido a falência de um banco de pequena dimensão nos Estados Unidos e, por isso, os primeiros minutos de noticiário foram dedicados ao comentário e análise de José Gomes Ferreira. A peça da SIC-Portalegre entraria mais tarde.

Ao contrário das suas concorrentes mais diretas, que têm as suas delegações do Alentejo em Évora, a SIC optou por assentar arraiais em Portalegre. A pequena redação, de apenas três jornalistas, incluindo um repórter de imagem, funciona nas instalações da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Portalegre. É ali que Hugo Alcântara e Pedro Galego, outro jornalista da redação de Portalegre, preparam as reportagens sobre o Alentejo que a SIC transmite.

"Trabalho maioritariamente no Alentejo, mas não só no Alentejo", explica Hugo Alcântara, que com frequência faz reportagem em Espanha, dada a proximidade de Portalegre. "As solicitações prendem-se sempre com a atualidade. As propostas com a capacidade de articular a atualidade com as particularidades e os assuntos mais interessantes que os territórios têm para oferecer. Considero ser igual apresentar temas do Alentejo ou de qualquer outra região, sejam eles importantes e interessantes", explica o jornalista. "Por trabalharmos para um órgão de comunicação de âmbito nacional, estamos

Tiago Silva: presença do Alto Alentejo nas redes "é uma forma de preparar o futuro"

muitas vezes sujeitos à agenda mediática, mas, regra geral, as nossas propostas para alimentar a antena com assuntos locais, são bem recebidas", acrescenta Pedro Galego.

Os dois jornalistas não têm dúvidas de que é na SIC que aparecem mais assuntos relacionados com Portalegre e isso deve-se ao facto de a estação de televisão ser a única com delegação na cidade. "São sobretudo temas de sociedade, como educação, saúde, justiça, ambiente, entre outros, mas também damos muita atenção à política e ao desporto, quando solicitado", explica Pedro Galego sobre os principais temas de reportagem da SIC-Portalegre.

O facto de apenas a SIC ter uma delegação em Portalegre nem sempre traz vantagens, já que o contacto com as fontes de informação é, por vezes, mais difícil, dada "a falta de cultura mediática" de muitas fontes. "Não há a atenção e, por vezes, a disponibilidade para entender as necessidades do jornalista, por causa da ausência de mais conteúdo noticioso desta região", lamenta Pedro Galego.

Ainda assim, os dois jornalistas estão de acordo relativamente à mais-valia que as delegações de órgãos de comunicação social nacionais representam. "Delegações como a nossa são o garante da transversalidade dos blocos noticiosos ou da heterogeneidade dos alinhamentos da SIC", considera Pedro Galego. "O Alentejo é uma opção, uma paixão, uma oportunidade. Jamais uma condicionante. As delegações são bastante importantes na operação diária do canal. Na agilidade de avançar notícia e cobrir acontecimentos. Na proximidade", acrescenta Hugo Alcântara. JJ

** Alunos do 2º ano do curso de Jornalismo e Comunicação da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Portalegre, orientados pelo professor Luís Bonixe.*

ESPAÇO DE ESTUDANTES

O propósito desta secção é abrir as páginas da JJ às atividades da Associação Repórteres em Construção, que reúne docentes universitários, encarregados da supervisão das peças, e estudantes da área do Jornalismo. A parceria procura cumprir dois objetivos: aproximar os jovens que desejam ser jornalistas da realidade do setor, familiarizando-os com práticas e rotinas profissionais, e abordar realidades distintas, cuja diferença pode residir nos meios de comunicação envolvidos, nos seus contextos de atuação ou no grau de implantação nas regiões onde estão sediados.

VÍTOR SERPA "A EVOLUÇÃO DO JORNALISMO NÃO PODE SER A SUA DEGRADAÇÃO"

Eugénio Alves e Paulo Martins Texto **Inácio Ludgero** Fotos

Em longevidade como diretor de uma publicação, ninguém bate Vítor Serpa: 30 anos à frente d'*A Bola*. Numa longa conversa, de que reproduzimos o essencial, mostra-se preocupado com as mudanças em curso no Jornalismo. Fala das histórias que conta nas suas obras e, claro, do jornal onde fez quase toda a carreira.

Jornalismo & Jornalistas – Qual é o próximo livro que tens na calha?

Vítor Serpa – Está um livro para sair, com apresentação em setembro. Foi um desafio do presidente do Comité Olímpico de Portugal. A ideia é deixar o legado dele, que termina as suas funções, para o futuro, por não haver ainda em Portugal bibliografia sobre a história da evolução da educação física. Uma parte inclui 20 personalidades que entrevistei e dez que já faleceram, sobre as quais fiz uma investigação. Escrevi "conversas imaginárias". Imaginárias são as perguntas; as respostas existem realmente.

Publicaste há pouco tempo "Os jogos dos deuses e do diabo", sobre os Jogos Olímpicos (JO).

Nesta minha vida, acompanhei vários JO. Em 1983, um ano antes dos de Los Angeles, estive lá dez dias, muito importantes para perceber os JO por dentro. Estava-se a privatizar, a profissionalizar. Era o *follow the money*. Os meus primeiros JO foram os de 1992 – desde então, cobri todos até 2012. Descobri que têm uma pequena parte que é desporto [gargalhadas]. O resto é política e negociações externas.

Apresentaste uma espécie de olhar político e social sobre Jogos.

É o olhar de um jornalista.

A tua carreira está muito ligada ao desporto, mas permitiu-te outras abordagens. O livro "Há vida nas estrelas" tem muito a ver com o outro lado das figuras públicas.

Tem. O lado humano das figuras que toda a gente pensa que conhece e não conhece. Por exemplo, Pinto da Costa. Tem duas personalidades: o presidente do FC Porto, com a estratégia de ganhar a qualquer preço, e Jorge Nuno, figura culturalmente interessante, que se preocupa com questões sociais e tem uma visão do mundo muito aberta. Às vezes, parece que as duas personalidades não são compatíveis. A maior parte das figuras que abordo definem um "boneco" enquanto figuras públicas, mas têm outra dimensão, diferente.

Quais os casos que mais te impressionaram?

O José Mourinho é uma personalidade fascinante, pela capacidade de aproveitar a comunicação para atingir objetivos. Quando intervém, sabe perfeitamente que está a falar para os jogadores, o adversário, o árbitro, o público, os *media*. Lembra-me o Meirim, que encontrava sempre, durante uma entrevista, alguma frase que sabia que ia dar título. Há outras figuras curiosas. O Jorge Mendes tem capacidade de gerar empatia com qualquer sujeito. E consegue gerir uma pressão quase desumana. Tem três telemóveis e fala para dois ao mesmo tempo! O Jorge Mendes despediu o treinador do Real Madrid e meteu o José Mourinho numa jantarada, à nossa frente, à frente dos jornalistas, a seguir ao jogo que o Real perdeu, sendo eliminado da Liga dos Campeões.

Tens histórias incríveis, que davam uma edição total da revista, nos teus livros. Um deles, sobre o desporto e a descolonização.

No "Golo de Letras" falo da questão do racismo. Fiz uma seleção de textos de grandes vultos da literatura lusófona

CLUBE RIO DE

em que surge a sua visão do desporto e do futebol – alguns a desvalorizar, como o Ary dos Santos. A Natália Correia tem uma visão estética do desporto, a visão clássica dos gregos. O João Cabral de Melo Neto ou o Manuel Alegre têm verdadeira paixão pelo futebol. Descobri a convicção de sociólogos brasileiros, nomeadamente o Freyre, para quem se não fosse o futebol em São Paulo, e a presença do Pelé em 1958, muito provavelmente São Paulo teria sido transformada numa Chicago, mas mais selvagem ainda, onde o racismo seria exacerbado. É a assimilação do negro no futebol brasileiro que lhe dá um estatuto de valorização nacional.

É interessante o Gilberto Freyre ter essa perspetiva.

É uma abordagem que nós, portugueses, entendemos muito bem, com a história do Eusébio. Havia no regime quem procurasse sensibilizar o Salazar para a importância da imagem multirracial do país, através da seleção nacional, com o Coluna e o Eusébio. Mas o Salazar estava-se nas tintas para isso. O regime não tirou proveito da ideia multirracial.

Nos anos 60, Portugal foi precursor – Coluna, Eusébio, Hilário, Santana, jogadores da seleção que quase ganharam o Mundial.

Em Inglaterra, aparece o primeiro negro muitos anos depois do primeiro negro na seleção de Portugal. É verdade também que alguns destes homens, nomeadamente o Coluna, tinham ligações à Frelimo. É interessante, quando se fala de "Fátima, futebol e fado"… O futebol esteve também do lado certo da história!

Não há na classe jornalística quem tenha sido diretor durante tanto tempo como tu. Trinta anos!

Ao fim de 25 anos como diretor, achei que estávamos a entrar numa área de Jornalismo que não era propriamente a que eu sempre defendi e que queria manter. Uma pessoa, a partir de determinada altura, tem o direito a ter algum cuidado com a sua imagem e legado. Em 2017, precisamente na altura em que fiz 25 anos como diretor, pedi à administração d'*A Bola* para sair.

Nessa altura, protagonizaste uma *fake new* no Congresso dos Jornalistas, ao anunciares a saída.

Exatamente (risos)! Estava absolutamente convencido de que aceitariam, mas apelaram à minha história no jornal e falaram no período complicado que atravessávamos – os jornais todos já a decrescer, em tiragens e vendas. Mas comprometeram-se a encontrar uma solução. Passaram alguns anos e levámos com a pandemia. A administração foi leal: disseram-me que aceitariam a saída, se eu entendesse que estavam esgotadas as condições, mas pediram-me para continuar mais um ano ou dois. Nunca fui um problema para *A Bola*; sempre procurei ser uma solução: aceitei que se mantivesse o meu nome no cabeçalho, embora não detivesse qualquer função executiva. Entretanto, estive doente – uma situação complicada, com internamento hospitalar. Aproveitei para escrever o meu último livro, "Os Velhos".

Com um subtítulo muito interessante: "Velho nunca será ser, mas estar".

Estamos num país que não é para velhos, nem para novos. Deparei-me com um drama para o qual não estava preparado: numa enfermaria do Hospital de Santa Maria, eu era a única pessoa que sabia como me chamava. Ninguém sabia sequer o nome! Eram velhos... despejados. Em alguns casos, as famílias levavam-nos para o hospital e davam identidades e telefones falsos, pelo que não se conseguia contactar familiares. É a visão do jornalista, que primeiro começa a pensar na finitude da vida e, depois, na realidade do maior hospital do país – e, provavelmente, de outros. Achei que tinha quase obrigação de escrever sobre isto.

No editorial a anunciar a saída da direção d'*A Bola*, abordaste a questão da não-eternização em cargos. Era o que sentias ou estava a ocorrer uma mudança de rumo, como há pouco falaste?

Não se previa na altura a mudança total que neste momento existe. O engenheiro Mário Arga e Lima [presidente do Conselho de Administração da empresa proprietária, neto de Vicente de Melo, um dos fundadores] tinha uma ideia quanto ao futuro que passava pelo jornal em papel, que continua a considerar o "porta-aviões", e pelo desenvolvimento da televisão e do digital. Precisava, naturalmente, de investimento. Procurou preservar a marca *A Bola* – às vezes, não conseguimos compreender a força e a dimensão que a marca tem, internacionalmente. Chegou a acordo com um dos maiores grupos editoriais da Europa, o suíço Ringier, que viu n'*A Bola* uma oportunidade, sobretudo de chegar a África. A Bola TV tem um peso em Angola e Moçambique que não tem em Portugal. É natural entramos num restaurante e a televisão estar sintonizada n'*A Bola* TV. Eu compreendo a decisão da administração. Evidentemente que há um grande ponto de interrogação. Sabemos que a aposta vai ser no digital, que vamos mudar de instalações. Vamos… O meu tempo já passou.

"Deixei as funções de diretor num momento em que ainda havia alguns oásis de Jornalismo e de jornalistas. Sem jornalistas, não se consegue fazer Jornalismo"

"Preocupa-me que o Jornalismo funcione numa lógica que tem a ver, única e exclusivamente, com o lucro"

Já passou, mas deixaste marca. Como a caracterizas?

Acabei por ter sorte... Às vezes, sinto-me um bocado como o Camões: ao menos, ainda morro com a minha pátria. Não é que tenha complexos em relação à empresa [que adquiriu *A Bola*]. Pelo contrário: até acho que são capazes de ser mais profissionais. Está prevista uma revolução total naquilo que há de digital em Portugal. Acredito que tenham sucesso. Deixei as funções de diretor num momento em que ainda havia alguns oásis de

Jornalismo e de jornalistas. Sem jornalistas, não se consegue fazer Jornalismo. Embora alguns donos de jornais se convençam de que podem continuar a evoluir sem jornalistas. Um jornal fez uma edição inteira com inteligência artificial! Preocupa-me que o Jornalismo funcione numa lógica que tem a ver, única e exclusivamente, com o lucro. E preocupa-me, também, que as principais figuras do Estado tenham um discurso politicamente correto. Dizem que sem um Jornalismo com saúde não podemos ter um pilar democrático sólido. Então, reconheçam que não temos saúde na democracia, que precisamos de instrumentos para ter saúde. Não tem havido ultimamente este estudo: quem lê jornais hoje? Em Portugal, existe a ideia de que isso é lá os maluquinhos do jornal em papel. Mas o que estou a dizer é que a televisão acaba rapidamente.

Ou seja, o problema não é de plataforma.

Não. E a que é que assistimos? Para salvar o Jornalismo, assistimos à sua degradação. É um contrassenso!

Quando precisamos de investimento para melhorar, supomos que resolvemos o problema reduzindo meios humanos, afastando jornalistas com história e com memória. De repente, encontramos nas redações – quer de televisão, quer de jornais – um *call center* de notícias.

"As principais figuras do Estado dizem que sem Jornalismo com saúde não podemos ter um pilar democrático sólido. Então, reconheçam que precisamos de instrumentos para ter saúde na democracia"

"Encontramos nas redações um *call center* de notícias"

E jornalistas a perseguir pessoas que não querem falar, a repetir a mesma pergunta.

Entram pelas janelas dos carros!

E não há nas redações responsáveis que combatam isso. Pelo contrário, alguns incentivam.

Nas televisões, mostram até imagens de outro canal: "É assim que tens de fazer". Só falta dar com o microfone na cabeça das pessoas. Também há o contrário, o "pé de microfone". E assistimos nos canais televisivos a blocos de informação de duas horas! Notícias da antevéspera, imagens do mês passado. Blocos monotemáticos, que repetem até tornar vendável algo de lana-caprina. Não é por aqui que o Jornalismo vai vencer.

Retomando o teu raciocínio: consideras necessário investimento público de apoio ao Jornalismo?

Claramente! Estamos num período de transição do Jornalismo mundial, com efeitos que se repercutem em Portugal de uma forma mais dramática, porque temos menos gente habituada a ler jornais, menos gente a comprar, e, abaixo dos 40 anos, já não temos pessoas a ver televisão. O que se procura fazer é um tipo de informação que não é serviço público. Pelo contrário: é "deixa-me ver qual a notícia que vende". O Jornalismo, estupidamente, está a seguir as redes sociais, mas faz pior do que as redes, porque as imita.

Têm de existir instrumentos não que controlem, mas que moderem este cenário?

A começar pela ERC [Entidade Reguladora para a Comunicação Social]. O que regula? A quantidade de vezes que resolveu fazer uma investigação sobre por que razão deixámos, nos comentários no site, sair expressões que as pessoas consideravam ofensivas! Não é possível impedir, a não ser que nos arranjem dinheiro para controlar 24 horas por dia. A sentença do caso do homem da comunicação do FC Porto, a propósito da questão dos e-mails, diz algo muito importante, também para o Jornalismo: quando uma mensagem se baseia em mentira, não há liberdade de comunicação. É a realidade, porque se está, propositadamente, a induzir em erro. Não quer dizer que uma pessoa não seja traída por uma fonte de informação… Antigamente, a classe jornalística era socialmente respeitada.

Os jornalistas tinham influência na redação.

Não aceitavam intromissões na redação. Mas a questão é também de acesso à informação. Tenho obrigação de partilhar isto convosco: nos últimos tempos, o bloqueio total, nomeadamente do FC Porto, cria problemas ao conceito d'*A Bola* de continuar a ser um jornal nacional. Se encontra uma barreira intransponível… Às vezes, não deixam entrar em conferências de

imprensa. E a dificuldade que o Estado de Direito português teve em lidar com o caso do empresário que atirou a câmara de um jornalista ao chão é profundamente preocupante.

Essas atitudes não são "filhas" de uma certa industrialização do futebol, que não existia quando te tornaste diretor?

As coisas mudaram muito, desde o final dos anos 80. Houve um momento absolutamente decisivo, em 1986: o Mundial do México, quando aconteceu o problema grave de Saltillo. Os jornalistas deixaram de poder ficar nos mesmos hotéis, viajar nos mesmos aviões. Isso permitia que as pessoas tivessem mais conhecimento umas das outras. Criava respeito mútuo, que alguns poderiam entender como um passo para a promiscuidade. Em todas as profissões existem situações dessas, mas na maior parte dos casos havia respeito. Certa vez, o autocarro do Benfica esteve uma hora e meia à minha espera no aeroporto de Frankfurt, porque as autoridades me retiveram. O Mário Wilson, que era o treinador, exigiu que esperassem por mim. Isto, hoje em dia...

Hoje, nem consegues escolher a pessoa que queres entrevistar.

Pois não; é o clube que escolhe. Muitas vezes, escolhe o *timing*, o jogador ou a figura que lhe interessa que apareça publicamente naquele momento e em determinado órgão de informação. Isto deu origem a consolidar mais – era aqui que eu queria chegar – a ideia de que *O Jogo* é do Porto, o *Record* do Sporting e *A Bola* do Benfica. Objetivamente, acentuou-se essa ideia. É preocupante, porque condiciona o jornalista – quer dizer algo mais crítico em relação ao clube que abre um bocadinho as portas e pondera: "A gente publica isto, mas os outros clubes fecham…"

Há muitas mudanças em curso – e não apenas no Jornalismo de Desporto…

Olhando para as primeiras páginas, mesmo de jornais generalistas, perguntamo-nos: porquê? Esta gente não tem ideia do que é o Jornalismo. Uma vez, o Belmiro de Azevedo perguntou-me o que pensava do *Público*, um jornal de referência, que foge de todo o tipo de populismos. "Quer resposta politicamente correta ou que eu penso verdadeiramente?". O *Público* procurou, no início, ter uma perspetiva editorial de jornal popular de qualidade – no fundo, o lema do *El País*. A ideia de qualidade não está associada ao elitismo, mas…

À qualidade do que se escreve.

…E dos temas que possam suscitar o interesse do leitor. Uma primeira página erudita não garante qualidade e, certamente, muitos leitores. Belmiro de Azevedo argumentou que o *Público* não é *A Bola*, mas passadas semanas um administrador do *Público* disse-me que ele tinha ficado a matutar e gostava que eu admitisse a hipótese de ir para o *Público*. Por uma questão de lealdade – já era diretor – informei o engenheiro Arga e Lima, que telefonou ao administrador do *Público*. Foi o fim da macacada! Conto isto para dizer que é importante que os patrões dos jornais tenham sensibilidade para a indústria da comunicação. Se não tiverem, se para eles for igual vender botões, salsichas ou jornais, nunca entenderão o que é absolutamente essencial no Jornalismo. Temos valores que não são tangíveis.

Um dos principais problemas é a falta de sensibilidade dos proprietários de órgãos de comunicação?

Eu acho que é um dos grandes, mas há vários tipos de problemas. Um deles, é a formação, que é hoje académica e, às vezes, não tem a ver com a realidade. A maior parte dos licenciados em comunicação são atirados para o desemprego. Os que conseguem algum trabalho, é normalmente precário. E não têm acompanhamento nenhum. Os jornalistas com poder para apoiar os jovens não têm hipótese de o fazer. Um dos segredos d'*A Bola* foi o facto de o Carlos Pinhão acompanhar os jovens jornalistas. Por vezes, "dando-lhes nas orelhas". Uma vez, escrevi uma crónica e ele perguntou: "O que queres dizer com isto?" Eu fiquei admirado, porque julgava que ele ia dizer-me que tinha feito grande título! "Ah, isto quer dizer que…" Ele respondeu: "Ok, faz outro".

Ou seja, se o título tinha de ser explicado…

Exatamente! Se eu não percebi, queres que os leitores, amanhã, te telefonem para casa a perguntar o que é que queres dizer com isto?

Há pouco, colocaste a questão de o Jornalismo andar atrás das redes sociais.

Da própria linguagem das redes! A quantidade de termos da língua portuguesa que vai desaparecendo é horrível. Eu não defendo, obviamente, que continuemos a escrever como o Aquilino. Mas temos a responsabilidade de manter viva a língua portuguesa. Qualquer dia, estamos todos a escrever bué e a abrasileirar a língua. Já basta o que nos fizeram em termos de acordo ortográfico! A língua é viva e deve evoluir. Mas evoluir não é reduzirmos a escrita do jornal àquela forma sincopada, quase telegráfica, de escrever. Dizem que se escreverem de forma diferente o leitor não lê. Como se fosse uma ciência exata.

"O Jornalismo, estupidamente, está a seguir as redes sociais, mas faz pior do que as redes, porque as imita"

"Hoje, é o clube que escolhe [o entrevistado]. Muitas vezes, escolhe o timing, o jogador ou a figura que lhe interessa que apareça publicamente naquele momento e em determinado órgão de informação"

Hoje, os jornalistas são incentivados a escrever imediatamente…

Nas crónicas de futebol, muitas vezes, o jornalista escreve a crónica antes de terminar o jogo, faltando a abertura e o fim, porque pode haver um golo no último minuto. Mas para escrever a crónica... Vamos lá ver: as televisões dão os jogos todos. Depois, vem um árbitro comentador dizer que aquele árbitro é um nabo; depois, vêm os comentadores de serviço aplicar a

Tal pai, tal filho…

Homero entrou n'*A Bola* em 1955 e só saiu 50 anos depois. O filho Vítor, admitido em 1974, encerrou a carreira em 2022, após 30 anos como diretor. Como documenta a fotografia, os Serpa trabalharam juntos.

receita de "todos à espadeirada". Vem a *flash interview*. Interrompe-se o presidente da República, se for necessário, porque é preciso ir a Alvalade, ao Dragão ou à Luz, onde vai falar o treinador. A partir daqui, vais fazer uma crónica que é o relato do jogo? Se não tiver uma história, o que vai dar? Se for apenas um relato, já toda a gente viu.

Há outra dimensão, sobre a qual gostava de te ouvir. Hoje, com várias câmaras, já não há lugar à subjetividade do jornalista. Se escrever num dia para publicar no dia seguinte, tem de bater certo com o que a televisão emitiu.

Vou dizer uma coisa que pode servir de exemplo para jovens jornalistas: no jornal, enquanto autor de uma crónica, escrevi sobre a arbitragem exatamente o contrário de um ex-árbitro. Disseram-me: "No mesmo jornal, vais ter uma opinião diferente?". Sim, porque é um jornal aberto, democrático, onde as pessoas têm liberdade de opinião, mas têm de a exercer. Hoje, vamos a qualquer estádio e temos as imagens ali. Por isso digo que não podemos dar o relato do jogo; temos de apanhar o ângulo. Pode ser a importância do jogador de formação na equipa do Benfica. Ou um ponta de lança, como o Taremi, que consegue unir um conjunto de coisas. Fazemos um retrato, um bocado na lógica da fotografia. É ver o desporto numa perspetiva mais alargada. Fala-se muito da questão do populismo da CMTV, que não deixa de ser verdade. Mas se olharmos bem...

Vai a todas.

Marca a diferença: se acontece um fogo em Freixo de Espada à Cinta, é o primeiro canal a dar. Isto é possível, porque há correspondentes. É fundamental recuperar, sobretudo nos órgãos generalistas, correspondentes em Portugal e no estrangeiro, onde há mais presença de portugueses. No caso dos desportivos, não faz sentido que não haja um correspondente em Londres, Manchester ou Milão, que vão dando histórias, até porque temos lá os melhores jogadores portugueses. O Jornalismo ou é isto ou não é nada.

Os programas de entretenimento, com adeptos, contaminam o Jornalismo da área do desporto?

Penso que contaminam nesta perspetiva: como não têm grande formação, os jornalistas vão atrás daquilo que acham que é mais interessante. Esses programas não têm qualquer tipo de pedagogia. Como dizes, são programas de mero entretenimento.

O problema é que são percecionados como sendo Jornalismo.

Alguns até têm jornalistas com carteira profissional. Só falta atirarem bolas ao ar, fazerem malabarismos e dar

cambalhotas. É entretenimento. Pode ser interessante, mas não é Jornalismo. Se esses programas se mantêm, é porque dão algumas audiências. Mas o Jornalismo não tem de ter esse nível de preocupação. A degradação da formação do jornalista leva-o a ser muito seduzido por esse tipo de entretenimento. Encontramos comentadores que são jornalistas e fazem do futebol uma ciência exata. Ora, o encanto do jogo é a subjetividade.

O Jornalismo evolui…

Mas a evolução do Jornalismo não pode ser a sua própria degradação. Tem de ser uma evolução na capacidade de se reinventar.

E fazer a diferença. Os jornais, hoje, o que trazem? Comentários, notícias repetidas… A notícia do acontecimento está disponível; é preciso apresentar algo diferente.

Eu não tenho dúvidas de que o futuro é digital. Ou seja, o futuro vai ser, basicamente, a informação na hora, o fazedor de notícias. Alguém permanentemente atento a sites, à procura da notícia que interessa em Portugal, e faz um "histórico". Esse Jornalismo não é contraditório, nem inviabiliza, um Jornalismo de qualidade, de explicação das notícias, interpretativo, de análise, de opinião – um conjunto de matérias que também são interativas e satisfazem determinado tipo de mercado. Se calhar, não o mercado mais amplo, mas o das pessoas com mais renda económica e mais qualidade cultural. Isto é uma mais-valia, porque até pode corresponder a determinado tipo de publicidade.

Não quero deixar de fazer esta pergunta: já nasceste do Belenenses. Não tinhas alternativa, digamos assim?

Não, não tinha.

O jornalista, da área do Desporto, ou de outra, deve assumir a sua condição? Ou devemos fazer todos de conta que somos independentes? Não temos clube, nem opção partidária ou política…

Muito pouco tempo depois de ter entrado para *A Bola*, o Vítor Santos marcou-me uma crónica do Belenenses-Académica. Fui ter com ele e disse: "Chefe – toda a gente tratava o Vítor Santos por chefe – desculpe, mas não estou preparado para fazer o Belenenses". Ele olhou para mim: "És maluco ou o quê?". "Não, sou do Belenenses. A minha preocupação de independência é tanta que acho que até vou prejudicar o clube". Ele: "Desta vez, não marco, mas devemos ter uma conversa mais longa" – que aconteceu. Acho que o jornalista não tem de dizer qual é o seu clube, principalmente pela imagem que provoca, muitas vezes distorcida. Mas ser adepto de um clube ou estar mais próximo de uma ideologia ou partido não tem de influir na independência. É uma questão de honestidade intelectual. Com os clubes, há às vezes uma relação muito forte, emocional mesmo. Mas ao nível profissional, a partir de determinada altura, a pessoa… Não é que se torne insensível, mas a formação técnica leva-nos a resguardar-nos. É muito complicado, porque temos fatores mentais e culturais. Dou um exemplo: final do Campeonato da Europa de Futebol, Portugal-França. Qual é a posição do jornalista português? Sabes qual é a minha? Primeiro: pensar em para quem estou a escrever, quem vai ler. A partir daí, temos não de ser independentes, mas de ser verdadeiros e rigorosos. Podemos ver a vista do alto da montanha – o vale e o rio – ou ver a vista a partir do rio para a montanha. As duas perspetivas são reais e podemos ser verdadeiros em ambas. Mas são diferentes.

Como é que um estudante de Medicina larga a primeira vocação?

Se fosse médico, andaria aí a matar pessoas; já teria sido expulso da ordem. A Medicina foi um delírio, digamos assim, da minha mãe. Eu fazia tudo, obviamente, para a contentar. Merecia que fosse médico, mas um médico de jeito. Ora aconteceu-me um percalço: o Aurélio Márcio convidou-me para escrever no *Diário Popular* (DP) e comecei a ficar com o bichinho do Jornalismo.

Mas foste para o *Record* também.

Não, eu escrevi para o *Record* nas condições que vos vou contar. Um dia, o Brás Medeiros [administrador do jornal] falou de um convite para acompanhar o Belenenses numa digressão pelo Canadá e os Estados Unidos. Começaram a surgir candidatos e a engalfinhar-se. O Brás Medeiros embirrou: "Não vai um nem outro; vai o miúdo". E o miúdo era eu, que tinha acabado de entrar na redação. Não tinha sequer passaporte. Tinha o exame de Anatomia marcado, que passei para segundo plano, e aceitei. Fiz a cobertura para o DP e crónicas para o *Record*.

Já então era a lógica de grupo.

Exatamente! Foi uma experiência inesquecível! Aproveitei para ir ao *Toronto Star*, onde vi um Jornalismo completamente diferente. Estamos a falar em 1973! Fui ver o "O último tango em Paris", filme que era proibido em Portugal. Comecei a ler livros que aqui não podiam existir. Quando voltei, tive quatro propostas – do DP, para o quadro, do *Record*, d'*A Capital* e d'*A Bola*. Nunca mais pensei no exame de Anatomia... D'*A Bola*, dizem-me uma coisa decisiva: se fores mobilizado para África – não tinha feito tropa, porque estava na universidade – guardamos o teu lugar. Isto, na altura, afastava qualquer dúvida. Entrei n'*A Bola* em 1 de abril de 1974.

Esta conversa deslizou várias vezes para fora do desporto, mas não para fora do Jornalismo. É interessante a tua experiência no âmbito literário. Até és autor de ficção policial.

"É importante que os patrões dos jornais tenham sensibilidade para a indústria da comunicação. Se para eles for igual vender botões, salsichas ou jornais, nunca entenderão o que é absolutamente essencial no Jornalismo"

"Ser adepto de um clube ou estar mais próximo de uma ideologia ou partido não tem de influir na independência. É uma questão de honestidade"

Sim, "O segredo dos pássaros". A ideia inicial foi falar da questão dos mineiros de São Domingos, do tempo da Segunda Guerra. O meu pai conheceu uma pessoa que teve acesso aos arquivos da mina, documentos referentes à relação dos donos, ingleses, com o governo de Salazar, que tinha a ver com o minério que seguia para Inglaterra e teria eventualmente como finalidade o armamento. O meu pai [Homero Serpa, histórico d'*A Bola*] pegou no material e começou a escrever, mas adoeceu e morreu três meses depois. Achei interessante concluir a ideia, mas tinha de encontrar outra abordagem, para respeitar o direito de autor. A história é ficcionada.

Um dos teus primeiros livros, "Tanta gente em mim"…

É um livro mais intimista, passado na altura do 25 de Abril. Tem um conjunto de personagens ficcionadas, mas que eu conheci, que existiram. Todas, ao fim ao cabo, estão em mim. Nós somos feitos de muitas pessoas.

Nas "Estrelas", tens histórias magníficas. A do Artur Jorge…

Eu tinha uma relação muito particular com ele. Foi um dos primeiros treinadores em Portugal a entender que o futebol potencia um fenómeno social, no qual estava inserido e que procurava compreender. Um homem culto, muito ligado a livros. Nas vésperas de um jogo internacional do Benfica, teve de ser operado de urgência e não foi com a equipa. Mais tarde, ao telefone, a mulher dele contou-me as várias coisas que lhe aconteceram. Eu disse: "A gente não acredita em bruxas, *pero que las hay, hay*". Meia hora depois, telefona o Artur: "O que querias dizer com as bruxas?". Um homem profundamente racional, um intelectual, não deixou de ser influenciado. A ideia das bruxas vivia-se muito no tempo em que esteve no FC Porto. Um dia, tinham acabado de ganhar a final de Viena, o Pinto da Costa disse-lhe: "Que grande alegria que você me deu. Você e este, que vem aqui atrás" – era o Delane Vieira [parapsicólogo que trabalhava para o clube]. O Artur não gostou: "então eu sou o treinador e está a dividir os louros com outro?". A verdade é que isto teve influência nele. E vacilou, porque as coisas começaram a correr mal. Hesitei em contar esta história e procurei fazê-lo com muita delicadeza, para não devassar a intimidade de um amigo.

Também contas histórias do Eusébio.

Sim. Por exemplo, era eu vice-presidente da European Sports Media, detentora dos direitos da Bota de Ouro, a primeira ganha pelo Cristiano Ronaldo. Convidámos o Eusébio para a entregar, na Madeira. Seria a passagem de testemunho no futebol português. O Eusébio embirrou e disse que só voava para a Madeira no próprio dia. Meteu uma mala no porão – para passar um dia no Funchal! – e chegou atrasado. A certa altura, não podíamos adiar mais o direto da televisão. Eu entrego a Bota ao Cristiano, a transmissão acaba e entra o Eusébio. Ainda exige um whisky! Faz-se então a teatralização, para as fotografias. Portanto, há uma entrega da Bota em televisão e outra oficiosa, com o Eusébio.

ANA BAIÃO

DESENHADOR DE FOTOGRAFIAS

Pode dizer-se que **José Carlos Pratas** é um "desenhador de fotografias"? Pode, se cruzarmos a formação de desenhador gravador litógrafo, adquirida na Escola de Artes Decorativas António Arroio, com uma carreira de fotojornalista iniciada em 1974, como *freelancer*. Nascido em 1956, passou pelas redações *d'O Diário* e de revistas da área científica e tecnológica, como *Futuro* e *Diana*, antes de integrar o núcleo fundador da *Sábado* (1988) e da *Época* (1991). Trabalhou no *Tal & Qual*, *24 Horas*, *Visão* e *TV Mais* e foi correspondente da revista espanhola *Cambio 16*. Entre 2010 e 2012, fez parte da equipa da Agência GlobaIimagens, publicando em vários órgãos do grupo Global Média. Cobriu campanhas eleitorais desde 1976. É autor de "A Dois Passos...", "Ourique, terra de esperança", "Cascais de sempre, "O grande incêndio do Chiado" e "Dois anos de transição" (livro editado pelo Governo da Guiné-Bissau).

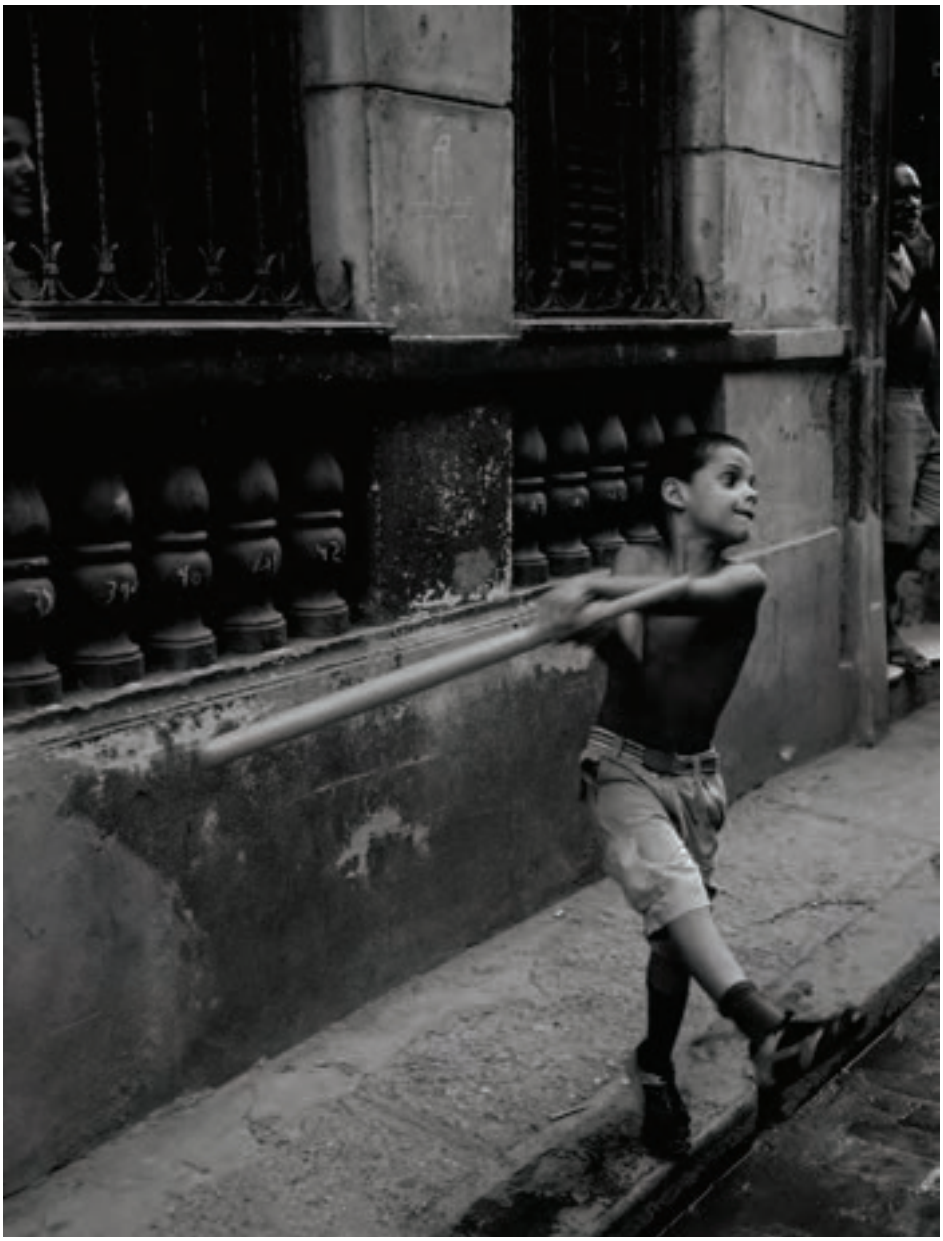
1975
Álvaro Cunhal no Alentejo e no Fundão

1981
Comício comemorativo do 60.º aniversário do PCP, no Campo Pequeno, em Lisboa

(À direita em cima)
1980
Lou Reed em Cascais, antes de concerto célebre

(À direita em baixo)
1988
Incêndio do Chiado, em Lisboa

1994
Primeiras eleições multirraciais na África do Sul



2006
Havana, Cuba

2013
Santuário de Fátima

2014
Guiné-Bissau

2019
Procissão nas festas de São Bartolomeu do Mar, Esposende

O estranho caso de uma edição clandestina que se tornou tema de notícia nacional.

Gonçalo Pereira Rosa

A EDIÇÃO CONTRA

A rotativa encomendada por Manuel Pinto de Azevedo ocupava um espaço impressionante nas oficinas do jornal

FEITA DO *JANEIRO*

Quando o telefone soa, a noite já caiu sobre o n.º 100 da Rua Gólgota, a residência da escritora Agustina Bessa-Luís no Porto. É uma hora inusual desta quinta-feira, 19 de Novembro de 1987, mas o interlocutor, redactor do *Expresso*, tem pressa: prepara uma notícia para o sábado seguinte, dando conta de um caso quase inédito na história portuguesa. O *Primeiro de Janeiro* (PJ) imprimira, com oito meses de intervalo, uma segunda edição do jornal de 4 de Março, amputada em cerca de um terço do original e com dois novos anúncios. Atribuíra-lhe a data original para não prejudicar as Fábricas Triunfo, empresa anunciante que se preparava, com esta originalidade, para simular a legalidade da convocatória de uma assembleia-geral já realizada. Agustina escuta, perplexa. Desconhece o episódio. Quando desliga a chamada, irrompe aquilo que o cineasta Manuel de Oliveira qualificou certa vez de "a Agustina vulcânica".

Com excepção da edição clandestina de 7 de Fevereiro de 1927 do *Diário de Notícias*, preparada por revolucionários com a expectativa de que um golpe nas ruas emergisse vitorioso mas sem conhecimento do director Eduardo Schwalbach, nunca tal acontecera na história do jornalismo português: uma edição concebida e impressa à revelia do director. Mais grave: o director do PJ é a escritora Agustina Bessa-Luís, a primeira mulher a exercer tal função em Portugal. Em 1927, a brincadeira custara o despedimento a três dos principais envolvidos e um longo processo criminal. Poderiam agora as bolachas Triunfo sair indigestas a um dos jornais distintos do Porto?

UM NAVIO À DERIVA

Com pergaminhos notáveis na promoção da cultura portuguesa entre o final do século XIX e os três primeiros quartéis do século XX, o *Janeiro* iniciara o lento declínio ainda durante a vida de Manuel Pinto de Azevedo Júnior, o industrial que o liderara durante quatro décadas, até à sua morte em 1978. A ascensão do *Jornal de Notícias*, com aposta clara nas páginas regionais e na rubrica desportiva, iniciara a corrosão do rival envelhecido na década de 1960. "Pinto de Azevedo era um esteta", lembra José Costa Carvalho, um dos raros jornalistas que representou os três grandes jornais do Porto. Contavam-se no *Janeiro* muitas histórias "deste patrão modernista, anglófilo e requintado. Ao visitar Toledo, pagara para que se apagassem as luzes da catedral para poder apreciar melhor como El Greco pintara ali a sua obra-prima à luz das velas. E o jornal era a sua paixão e o seu brinquedo".

Para o dinamizar, não poupa esforços. O jornal ocupa as melhores instalações da cidade, num quarteirão da Rua de Santa Catarina onde em tempos funcionara um dos primeiros casinos do Porto. A tipografia é um mimo, com duas rotativas que chegam a auxiliar os rivais quando as respectivas máquinas falham. Uma Koenig & Bauer assegura a impressão do jornal e outra garante a produção dos suplementos coloridos, incluindo as páginas literárias e de banda desenhada, de que fora precursor no país. "Dispunha até de uma pequena central de energia interna caso a rede pública falhasse", diz Costa Carvalho. "No grande ciclone de Fevereiro de 1941, foi o único jornal do Porto publicado graças a isso." Havia, claro, exageros: o director reproduzira no *Janeiro* o sistema de tubagem que vira nos jornais ingleses, ligando a redacção à tipografia para mais fácil remessa dos materiais a compor. "Aquilo, porém, nunca funcionou. A tubagem encravava sempre e tínhamos de percorrer quilómetros de um sítio ao outro."

A revolução de 1974 assusta Manuel Pinto de Azevedo Júnior. O defensor de figuras ameaçadas da cultura, que sempre encontraram porto de abrigo no jornal, muda de campo. Miguel Carvalho, em "Quando Portugal ardeu", documentou como o número de telefone de Pinto de Azevedo figurou suspeitosamente nas agendas de vários bombistas contra-revolucionários. Ao morrer sem filhos, em 1978, a propriedade do jornal passa para as mãos de uma velha irmã, Maria Pinto de Azevedo. A imprensa nacional está então em boa parte em efervescência revolucionária e a nova accionista não encontra melhor destino do que oferecer o jornal a Diogo Freitas do Amaral, presidente do CDS, em Março de 1978. De uma penada, o partido mais à direita do espectro político herda uma tribuna... mas não sabe bem como dirigi-la.

Sob controlo do CDS, sucedem-se os directores (António Freitas Cruz entre 1978 e 1981, Pedro Feytor Pinto de 1981 a 1984 e Alberto Carvalho de 1984 a 1986). Nos intervalos, ascende uma estranha figura de jornalista-administrador, Carlos Alberto Lourenço, que assegura direcções interinas e a comunicação com o partido. O próprio Freitas do Amaral não sabe o que fazer ao periódico. Nas suas memórias, queixa-se de que a greve de Setembro de 1985, que impedira o jornal de ser publicado, fora explorada até ao tutano pelos seus opositores na corrida presidencial. Derrotado por Mário Soares em Fevereiro de 1986, decide terminar a aventura jornalística. As quotas são cedidas à Fundação Cultural Primeiro de Janeiro em Junho desse ano. Freitas desliga-se, embora o CDS deixe quadros no Conselho de Administração. Para romper com o passado, tenta-se um golpe de génio: um convite a Agustina Bessa-Luís para dirigir o jornal que, por solavancos da vida, se cruzara tantas vezes no caminho da escritora.

CAMINHOS CRUZADOS

No dia 5 de Janeiro de 1944, um curto anúncio fora publicado nos classificados do PJ. "JOVEM INSTRUÍDA desej. corresp. c/ pessoa intelig. e culta. Resp. Admini. N.º 61" Era uma proposta ousada no Portugal salazarista e num Porto onde as aparências ainda contavam. O anúncio recebeu três dezenas de respostas, segundo Isabel Rio

INÁCIO LUDGERO

Agustina Bessa-Luís, a primeira mulher a dirigir um jornal em Portugal, fez jus à fama de vulcânica, quando se viu envolvida no caso

Novo, biógrafa de Agustina e autora de "O poço e a estrada". Uma delas provinha de Coimbra, de um jovem estudante de Direito chamado Alberto Luís, que se propunha conhecer a autora do desafio. A jovem instruída era Agustina, então com 22 anos. Os dois casaram-se em Julho de 1945, contra a opinião das famílias que anteviam um desfecho doloroso e curto. Estiveram casados até 2017, o ano da morte de Alberto Luís.

Esse fora o primeiro apeadeiro onde os caminhos de Agustina e do *Janeiro* se tinham cruzado. O segundo fora após a estreia literária da autora, em 1948, com "Mundo fechado". Na página literária, o açoriano Jaime Brasil, figura importante da Oposição e um dos melhores críticos literários do país, acolhera a obra com elogios. Dois anos mais tarde, porém, após a publicação de "Os super-homens", os elogios já eram raros. "Ao contrário do direito comercial marítimo, a

José Costa Carvalho foi um dos poucos jornalistas que representou os três grandes jornais do Porto. Em *O Primeiro de Janeiro*, foi chefe da redacção e director-adjunto de Agustina Bessa-Luís

Expresso

AVISO

Fábricas Triunfo encomendam edição insólita

Jornal sai em Novembro com data de Março

A notícia do *Expresso* que atiçou a fogueira e alertou Agustina para o que fora publicado nas suas costas

bandeira não protege a mercadoria e o nome do autor não é garantia da bondade da obra", escreveu em Junho de 1950. Depois, criticou explicitamente a obra e a escritora.

Vulcânica, Agustina ripostara por carta privada e em opúsculos que circularam no Porto. Era quase inaudito: uma jovem autora desafiava a autoridade do crítico. A polémica subiu de tom, os argumentos tornaram-se insultos. Agustina admitiria mais tarde que a crítica de Brasil estava certa: "O segundo livro não tinha qualidade, sobretudo depois do primeiro", disse a Anabela Mota Ribeiro no documentário "Nasci adulta e morrerei criança". Fosse como fosse, o seu nome saiu da órbita do PJ. Sempre dramática, Agustina exagerou na apreciação do caso, sugerindo que Pinto de Azevedo ordenara a Brasil que não voltasse a recensear autores vivos e muito menos a mencionar a autora de "A sibila". Não sendo verdade, foi mais um condimento para a polémica.

Fora por isso com indisfarçável júbilo que Agustina recebera o convite para dirigir o jornal em 1986. Jaime Brasil já falecera há muito, mas "a motivação – posso dizê-lo – foi mesquinha", referiu no documentário exibido na RTP em 2005. "Era o mesmo jornal que proibira que o meu nome fosse pronunciado."

Falta uma peça na engrenagem do novo PJ, mas essa permanece em 1986 no lugar mais imprevisto: José Costa Carvalho cumpre mandato de deputado pelo Partido Renovador Democrático (PRD), inspirado pelo general Ramalho Eanes. Nos primeiros oito meses, Agustina dirige o PJ, apoiando-se numa equipa sangrada pela perda de quadros. Insiste que precisa de um apoio em quem confie. E, de súbito, os astros alinham-se: o PRD apresenta uma moção de censura ao governo minoritário de Cavaco Silva, em Abril de 1987. O governo cai, mas ganhará as eleições subsequentes com uma maioria esmagadora. O PRD implode, mas, antes do acto decisivo, Costa Carvalho aproveita a última reunião do grupo parlamentar de 45 deputados para dizer a Eanes: "Vim fazer o meu baptismo político porque nunca me tinha metido em tal coisa. Continuarei como independente até às eleições, mas quero dizer-lhe que me enganei na igreja, enganei-me na pia baptismal e enganei-me no padre."

Sem receber salário até à clarificação da situação na

Assembleia, Costa Carvalho assume o cargo de director-adjunto e chefe da redacção no PJ. Ainda hoje designa a escritora pelo carinhoso termo de "Dona Agustina" e lembra a simbiose entre ambos: "Tivemos uma relação óptima de confiança e de respeito. Éramos os dois amarantinos. Ela delegava em mim todas as decisões, argumentando que, de jornais, percebia eu. Eu fazia questão de a informar de tudo, pedia-lhe opinião sobre a primeira página e coordenava os editoriais bissemanais dela, aliás peças literárias de óptimo recorte. E ela adorava aquilo. Por mais do que uma vez, quando me viu aflito, ofereceu-se para escrever breves notícias sobre hospitais ou casos de polícia. Chamava a si o que muito jornalista empertigado rejeitava e divertia-se a escrever notícias de oito linhas."

BOLACHAS INDIGESTAS

Na sexta-feira, 20 de Novembro de 1987, Agustina está furiosa. Chega à sede do jornal e mal repara na sumptuosa escadaria do hall que conduz ao piso superior, resquício do velho casino. Sobe ao seu gabinete e desta vez não escreve na sua tradicional letra miúda, quase sem rasuras e sem espaço de entrelinha. A mensagem dura que dirige ao Conselho de Administração é dactilografada. Exige saber se é correcta a informação do *Expresso*. Senta-se depois na poltrona, faz o seu tradicional chá e olha, distraída, para o tecto do gabinete, pintado com requinte burlesco. "Sempre gostei de cargos mal remunerados", contará muito mais tarde a Anabela Mota Ribeiro. "São mais fáceis de rejeitar e este era mesmo mal remunerado."

Como uma avalancha, precipitam-se as más notícias. O *Expresso* estava bem informado – e ainda hoje Costa Carvalho assegura que a fonte do *Expresso* saiu do próprio *Janeiro*. É verdade que também *O Dia* cometera pecado idêntico, imprimindo uma segunda edição contrafeita para satisfazer os industriais das bolachas, mas o PJ tem outra dimensão. É Agustina que está na mira.

Talvez sem o admitir, a directora já sabe como terminará o caso. Escreve aos administradores, dando-lhe 48 horas para se demitirem, e apresenta queixa ao Conselho de Imprensa. Costa Carvalho solidariza-se de imediato e promete sair com ela, mas resta-lhe um último calvário: o director-adjunto é chamado à administração. "Estavam lá todos: Luís de Sottomayor Barbosa, o ex-ministro que inventara as taxas moderadoras, Marques Pereira e Teixeira da Fonseca, muito pequenito, que transitava de administração para administração. Fizeram-me uma proposta indecente: disseram que já que era eu que fazia o jornal, *a velha* já não seria necessária. Ainda por cima, pela primeira vez, o jornal conseguia pagar os vencimentos sem recurso à banca. Zanguei-me. Exigi respeito pela directora e lembrei-lhes que Dona Agustina, aos 65 anos, tinha um nível mental que eles nunca teriam."

O jornal tenta desculpar-se no inquérito do Conselho de Imprensa. Assegura que transferira para Costa Carvalho a tarefa de assegurar junto da directora a devida autorização para uma "prática muito comum na imprensa" – a de vender uma edição contrafeita a uma empresa necessitada de tornear as leis. Costa Carvalho desmente tudo por carta, lembrando que à data da primeira edição ainda estava na Assembleia: "Falidos os argumentos, forjam-se novos factos", escreve. As 8 páginas apócrifas do PJ nunca chegam às ruas do Porto. Após 14 sessões em tribunal, Costa Carvalho e Agustina vêem reconhecida a sua razão.

O PRIMEIRO DE JANEIRO

2.ª edição

«Atmosfera irrespirável» em Itália

Craxi apresenta a sua demissão

A morte levou Randolph Scott e Danny Kaye

«Sabatina» às escolas do Porto

Cargueiro torna-se «bomba» flutuante

Autor da chacina continua a monte

Quartos de final das provas europeias

Experiência dos «dragões» garante de confiança

Bedel Bokassa comeu carne humana

A rara edição contrafeita do jornal teve tiragem de mil exemplares. Um deles, foi entregue clandestinamente ao *Expresso*. Outro, teve de ser enviado ao Conselho de Imprensa. Os restantes deverão ter sido cedidos à entidade contratante, as Fábricas Triunfo
[Arquivo Nacional da Torre do Tombo]

Após este estranho episódio da "edição pirata", como lhe chamará o *Jornal de Notícias*, o *Janeiro* afundar-se-á em definitivo. Terá mais sete directores até à sua interrupção em 2015. Costa Carvalho sai, primeiro para *O Jogo*, por convite de Serafim Ferreira, abraçando o cargo de subdirector, e depois para o *Jornal de Notícias*, onde permanece quase até se reformar. Depois, já sexagenário, conclui uma original dissertação de mestrado sobre o escritor romântico Francisco Gomes de Amorim. Agustina Bessa-Luís prosseguiu a sua fulgurante carreira literária, fazendo jus à sua máxima de sempre: "Não me levo muito a sério. É a melhor maneira de viver." JJ

CONTRATO INOVADOR RELANÇA A CARREIRA DE JORNALISTA

Luís Simões *

Foram oito anos com avanços, recuos, negociações intensas. Uma pandemia, legislação que nos fez olhar para o documento vezes sem conta, refazer o que estava acordado, voltar ao início depois de uma guerra na Europa e também da publicação da Agenda do Trabalho Digno. Está assinado o tão aguardado Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) para a Imprensa, estabelecido entre o Sindicato dos Jornalistas e a Associação Portuguesa de Imprensa.

O CCT foi assinado e depositado no Ministério do Trabalho e da Segurança Social a 5 de julho passado. O último datava de 2010, uma eternidade. Para reforçar esta ideia, basta recordar que de lá para cá o setor viveu grandes revoluções, das redes sociais à inteligência artificial. Uma mudança brusca do analógico para o digital que a todos faz pensar, inclusivamente, que devemos bater-nos pela revisão da Lei de Imprensa e do Estatuto do Jornalista, para adequar a legislação às mudanças no setor.

Foi a necessidade de mudança que nos fez discutir centenas de horas. Fizemos algumas cedências, obtivemos muitas conquistas. E, no final, acreditamos, o novo CCT é inovador, em certo sentido capaz de antecipar problemas de futuro. O melhor elogio que podemos fazer é que, após tão intensa negociação, é um documento com potencial para beneficiar trabalhadores e empregadores, que teve um contributo importantíssimo do dr. Filipe Lamelas, assessor jurídico do Sindicato dos Jornalistas.

Comecemos por um ponto que deve ser destacado: acabaram as três tabelas (A, B e C), que permitiam que trabalho igual, de jornalistas com carteira profissional, com as mesmas responsabilidades e compromisso deontológico, auferissem, na prática, salários bem diferentes. Deixa de haver jornalistas de segunda e de terceira. Uma fórmula que resistia ainda de uma prática que começou antes do 25 de Abril de 1974. A lógica era que as micro ou pequenas empresas não tinham condições para pagar tanto quanto uma média empresa e que as médias não poderiam suportar os mesmos salários que as grandes empresas. Isto era a teoria, porque o que na realidade se verificava era uma discriminação injustificada entre jornalistas. Bem me lembro de que nos dias em que a Sofia Branco, a Anabela Natário e o Bruno Horta negociavam a progressão salarial já essa era a preocupação principal. Eliminada essa desigualdade, focámo-nos nas negociações da tabela e na progressão salarial de referência. Também aqui a lógica foi a mesma: uma única carreira, apenas com níveis salariais distintos.

O nível de entrada e a forma como a progressão ocorreria deram origem a uma discussão de anos, com avanços e recuos. A realidade das coisas determinou a subida do salário mínimo e gerou-se, entre as partes, um consenso de que, finda a pandemia, precisaríamos de discutir novamente o valor de entrada na profissão e a forma como se repercutiria na progressão salarial. Alguns foram ficando impacientes e exasperados com a demora. Sabíamo-lo, mas não podíamos sacrificar melhores condições por uma assinatura apressada ou a qualquer preço. O caminho fez-se até ao dia 5 de julho de 2023, data que constitui um marco para os jornalistas, porque ganharam uma carreira única, sem distinções assentes em ficções anacrónicas, passaram a ter previsibilidade no seu futuro e veem o passado reconhecido como elemento essencial para a sua integração remuneratória.

Após estas explicação, é importante sublinhar que 903 euros é o salário previsto para a entrada na profissão, mas com um compromisso de que nos próximos anos – aliás, em breve – sentar-nos-emos à mesa de negociações para rever esta vertente fundamental do contrato coletivo. Conforme aflorámos, é importante destacar que o nível salarial é fixado de acordo com a antiguidade na profissão – repito, com a antiguidade na profissão –, o que assegura que um jornalista com décadas de experiência, ao mudar de empregador tenha como referência mínima a banda salarial expressa no documento.

DE NOVO 25 DIAS DE FÉRIAS

Nem só de salários viveu a negociação com a Associação Portuguesa de Imprensa. Bem pelo contrário. Permitam-me

JOÃO MIGUEL RODRIGUES

Contrato coletivo reúne potencial para beneficiar trabalhadores e empregadores

que destaque o facto de o novo acordo prever que os jornalistas voltem a usufruir de 25 dias de férias, como forma a compensar o extremo desgaste a que são sujeitos, considerando as suas particulares condições de trabalho. Em alguns casos, esses 25 dias de férias podem chegar aos 28, dependendo da antiguidade.

Garantimos, também, que ao abrigo do CCT os jornalistas terão sempre uma progressão salarial garantida. Na ausência de avaliação, receberão sempre pontos para a respetiva progressão. Ou seja: a avaliação terá sempre consequências e não será um mero exercício lúdico.

Ao longo da negociação, tivemos a preocupação de melhorar as condições para o exercício da profissão pelos jornalistas com responsabilidades parentais, permitindo uma melhor compatibilização entre a vida pessoal e a familiar. Por isso, ao longo do texto, há um conjunto de direitos alargados para estes jornalistas, superiores aos previstos na lei geral, nomeadamente, a possibilidade de exercerem certos direitos até uma idade mais tardia dos filhos e de serem dispensados de um conjunto de formas mais penosas de prestar serviço.

Essa mesma preocupação também foi sentida relativamente a trabalhadores com problemas de saúde ou deficiência. Esses jornalistas veem garantido um conjunto de direitos, alguns dos quais com uma formulação inexistente na lei nacional.

Mesmo antes da pandemia, tínhamos antecipado o recurso ao teletrabalho como uma solução possível para um conjunto alargado de situações, o que acabou por ser consagrado no CCT. Regulamentámos o regime e foi negociado um valor mensal para o teletrabalho.

O combate à precariedade também constituiu uma preocupação presente no decurso deste processo. Por isso, conseguimos limitar as situações em que a precariedade é admitida face ao que está estabelecido na lei. Por outro lado, apesar da desproteção generalizada dos prestadores de serviço economicamente dependentes, dos freelancers ou dos "avençados", as partes também chegaram a acordo quanto à inclusão de um anexo ao CCT que contém diversas medidas sustentadas em boas práticas, que visam melhorar as condições destes profissionais, nomeadamente regulamentando procedimentos de um conjunto de aspetos essenciais.

Por fim, consideramos que conseguimos assegurar a manutenção de grande parte dos direitos constantes do anterior CCT e que também fazem parte do património laboral dos jornalistas. JJ

** Presidente do Sindicato dos Jornalistas*

Prémio Jornalismo em Saúde distingue dez mulheres

Paula Rebelo e Margarida Metello, ambas jornalistas da RTP, conquistaram as principais distinções da 7ª edição do Prémio Jornalismo em Saúde, resultante de um acordo entre a Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica (Apifarma) e o Clube de Jornalistas, relativa a reportagens nesta área divulgados em 2022. Todos os prémios, resultantes de exigente seleção, de entre 53 trabalhos candidatos, contemplaram apenas mulheres, o que revela a sua presença crescente no Jornalismo e a qualidade do seu trabalho.

Na cerimónia de entrega de prémios, realizada em finais do passado mês de junho, Cesário Borga fez questão de salientar o a função pedagógica que os jornalistas podem exercer, na cobertura de temas tão sensíveis como, manifestamente, os da saúde. "Se a missão da indústria farmacêutica é inovar, a missão do Jornalismo é contar como [a inovação] se faz", afirmou o vice-presidente do Clube.

Presente na sessão, o ministro da Saúde enalteceu o papel desempenhado pela comunicação social durante a pandemia de COVID-19. Manuel Pizarro fez questão de salientar que o prémio "promove, distingue e celebra a qualidade do trabalho jornalístico dedicado à saúde", proporcionando uma visão do Serviço Nacional de Saúde que ultrapassa a "voragem mediática" da cobertura quotidiana. "Não há democracia sem imprensa e não há Jornalismo sem jornalistas livres", afirmou o governante, assegurando que lida bem com a crítica.

A Paula Rebelo, que há anos se dedica ao Jornalismo televisivo em saúde, "tendo dado um contributo ímpar a este género de informação", de acordo com o comunicado emitido pela organização, foi reconhecido o mérito profissional, através do Prémio Carreira. A jornalista dedica-se à cobertura das questões de saúde e ciência há duas décadas. Tem concorrido regularmente ao Prémio Jornalismo em Saúde. Este ano, apresentou a reportagem "Uma só saúde", transmitida na RTP, que concretiza uma abordagem do tema associando ambiente, animais e humanos.

A atribuição do Grande Prémio do concurso a Margarida Metello deve-se ao documentário "Únicos e Singulares", também divulgado através da estação pública. A jornalista acompanhou utentes de instituições de saúde mental, com vista a compreender de que forma a arte contribui para o seu processo de reabilitação. A participação de profissionais dos campos da psiquiatria, das neurociências e das artes enriqueceu o trabalho.

"Escuta-me, por favor", reportagem também emitida pela RTP que conta, na primeira pessoa, a experiência de profissionais de saúde envolvidos em cuidados intensivos, paliativos e primários de diversas unidades hospitalares, valeu a Mafalda Gameiro o galardão na Categoria Televisão. Venceram na Categoria Imprensa Clara Soares e Alexandra Correia, graças à reportagem "Foco – a ciência da concentração" – publicada na revista *Visão*, aborda um dos possíveis efeitos da pandemia. Na Categoria Rádio, a distinguida foi Cláudia Godinho, por "Redução de danos: entre a droga e a vida", emitida na Antena 1, sobre a primeira sala de consumo assistido em Portugal, aberta em Lisboa em maio de 2021. O trabalho premiado na Categoria Jornalismo Digital é da autoria de Sofia Craveiro. Publicado no

Paula Rebelo (foto à esquerda) recebeu o Prémio Carreira e Margarida Metello o Grande Prémio

Prémio distingue a excelência do Jornalismo na área da saúde

Gerador, "15 anos de uma lei que tirou as mulheres do banco dos réus" é a primeira parte de uma série de três reportagens, sob o título genérico "Aborto seguro em Portugal". Foca-se no longo percurso em defesa da despenalização da interrupção voluntária da gravidez.

O Prémio Temático – Saúde Digital coube à jornalista da Agência Lusa Paula Fernandes Teixeira, pelo trabalho "'App auxilia jovens médicos na tomada de decisão e reúne protocolos dispersos", relativo ao projeto que está a ser desenvolvido em hospitais e centros de saúde. Finalmente, o Prémio Universitário Revelação, vocacionado para estudantes, também foi atribuído a duas mulheres: Patrícia Silva e Catarina Magalhães, da Universidade do Minho, pela reportagem audiovisual "Violência obstétrica: ninguém nos faz o parto, o parto somos nós que o fazemos".

O Prémio Apifarma/Clube de Jornalistas – Jornalismo em Saúde, com um valor total de 23500 euros, distribuído pelas diferentes categorias, é fruto de um protocolo assinado pelas duas entidades, para corresponder aos objetivos do organismo representativo da indústria farmacêutica de "aprofundar o seu papel enquanto parceiro ativo da sociedade civil e contribuir para a vitalidade do projeto Clube de Jornalistas", de acordo com o referido comunicado. Como lembrou na cerimónia o presidente da Apifarma, os agora laureados juntam-se aos 113 jornalistas cujo trabalho foi distinguido desde a criação do concurso, em 2016. Daí que João Almeida Lopes tenha assegurado que a parceria, cuja vitalidade tem vindo a ser demonstrada, vai continuar.

I Congresso de Jornalistas dos Açores

(Re)pensar o jornalismo açoriano

Roteiro de um evento em defesa e valorização da classe.

Rui Paiva Texto **Hugo Moreira** Fotografias

O ano de 2023 vai ficar para a história do Jornalismo nos Açores. O I Congresso dos Jornalistas dos Açores, que decorreu de 28 a 30 de abril em São Miguel, juntou mais de 140 pessoas, 80 dos quais jornalistas, provenientes de quase todas as ilhas do arquipélago. A esses, juntaram-se observadores, profissionais do continente, estudantes e professores da Universidade dos Açores, num congresso marcado pela discussão sobre as dificuldades da imprensa açoriana, o tipo de Jornalismo que se realiza no arquipélago e os desafios do futuro.

No primeiro dia – 28, sexta-feira – aconteceu o programa social, com visitas ao Parque Terra Nostra e à Fábrica de Chá da Gorreana, momentos importantes para o convívio entre pares, numa região marcada por um desconhecimento generalizado sobre o trabalho realizado em outras ilhas que não a de origem. O passeio terminou no Arquipélago – Centro de Artes Contemporâneas, na Ribeira Grande, onde foram inauguradas duas exposições sob curadoria de Herberto Gomes: uma sobre a vida de Mário Mesquita, homenageado do congresso; outra sobre o I Encontro de Jornalistas Açoreanos, decorrido há 40 anos.

No dia 29, arrancaram os trabalhos, com o primeiro painel dedicado à comunicação social privada, em que participaram Paulo Simões, Souto Gonçalves, Manuel Tomás e Sandra Reis, com a moderação de Luciano Barcelos. Foi expressa a situação frágil dos meios, devido à perda de assinantes, à quebra de receitas da publicidade e ao aumento dos custos de produção. A maior parte dos órgãos privados açorianos são microempresas – foi abordado o caso simbólico do único jornal de Santa Maria, que só tem uma funcionária, uma jornalista "faz tudo" – tendo sido alertado o facto de o programa de apoio do Governo Regional à imprensa privada, o Promedia, estar desfasado da realidade.

O painel seguinte, sobre serviço público, contou com a presença de Rui Pedro Paiva, Paulo Santos, Felisbela Lopes e Bruno Correia e moderação de Sara Oliveira. O conformismo com a agenda política e a falta de renovação dos recursos humanos, à custa da precariedade, foram apontados como os problemas que minam a credibilidade do Jornalismo. Sobre os centros regionais da RTP, num debate com representantes de Açores e Madeira, abordou-se a necessidade de apostar em várias plataformas e de conhecer, urgentemente, as audiências. Foi unânime a ideia de que os Açores, tendo em conta os sobrecustos que advêm da dispersão geográfica, devem ter um modelo de financiamento diferenciado.

No fórum dedicado ao ensino e mercado laboral, que contou com Raquel Varela, Armando Mendes, Rolando Lalanda, o estudante Paulo Moura e moderação de Eduarda Mendes, foram citados dados para demonstrar que, em termos de empregabilidade, os licenciados têm vantagem sobre os não qualificados.

Michael Rezendes participou na sessão sobre Jornalismo de investigação

Painel sobre desinformação: urge valorizar a verdade

Contudo, os jovens correm o risco de encontrar nas redações um panorama marcado pela precariedade, a agenda institucional e a padronização dos comunicados. Isto tudo numa classe em que predomina a exaustão emocional e a patologia da sobrecarga do trabalho, segundo dados do inquérito às Condições de Trabalho dos Jornalistas.

O painel que encerrou o dia de sábado debruçou-se sobre o papel dos *media* na era de desinformação, com Miguel Crespo, Martins Neves e Daniel Catalão, moderados por Ana Gil. Um tempo que desafia os jornalistas a assumirem o seu papel na valorização da verdade, sendo necessárias condições e ferramentas para não se deixaram influenciar ou serem alvo de manipulação.

No último dia, na sessão sobre Jornalismo de investigação, moderada por Lília Almeida, participaram Michael Rezendes, norte-americano que conquistou o prémio Pulitzer, e Pedro Coelho, membro da Rede de Jornalistas de Investigação. A cooperação entre jornalistas, através de uma rede de confiança, foi considerada essencial para a sobrevivência da investigação. A criação de consórcios de jornalistas na região apresentou-se, por isso, como uma das soluções para que a investigação ganhe raízes e escala.

Os debates terminaram com olhos postos no futuro: como será o Jornalismo do futuro? A discussão, que juntou Rui Caria, Nuno Viegas, Diniz Borges, Lopes de Araújo e Ricardo Freitas, deambulou entre as possibilidades de a informação ser aberta e livre, as oportunidades de financiamento e a necessidade de combater a precariedade. Há novas tendências a surgir, como a inteligência artificial, que colocam desafios diferentes, mas também representam uma oportunidade. No cerne da questão, ficou o alerta: as pessoas e as histórias devem ser o elemento central, por oposição à agenda dos poderes. JJ

Seis moções: o espelho da fragilidade da profissão

Paula Gouveia

Medidas fiscais para a comunicação social privada, educação para os *media*, combate à precariedade e dignificação da profissão são as ideias-chave das moções apresentadas no I Congresso dos Jornalistas dos Açores, onde também foi defendida a necessidade de realização regular do congresso nos Açores e a criação da Associação dos Jornalistas dos Açores.

São moções que refletem as preocupações dos jornalistas e a realidade atual do jornalismo no arquipélago, que, como se pode verificar, não são muito diferentes das aspirações e vivências dos jornalistas das restantes regiões do país.

As dificuldades financeiras que as empresas de comunicação social privada enfrentam, a redução da publicidade nos jornais e nas rádios locais, a perda de leitores e ouvintes, e a precariedade dos jornalistas são problemas comuns a muitas redações. E nos Açores, a estes problemas juntam-se outros, como a particularidade de os órgãos de comunicação social estarem inseridos num mercado limitado pela dispersão geográfica, pela população diminuta e por empresas de reduzida dimensão.

Urge por isso tomar medidas. E no I Congresso dos Jornalistas dos Açores surgiram algumas ideias que, no entanto, só serão concretizadas se o poder político as tomar como suas e as aprofundar.

Uma das propostas que saiu do I Congresso dos Jornalistas dos Açores foi a criação de medidas fiscais para a comunicação social. Propõem-se ações concretas que contribuam para incentivar a arrecadação de receita, por um lado, e para desagravar fiscalmente as empresas de comunicação social, por outro. Ou seja, defende-se a criação de medidas fiscais que beneficiem as entidades privadas e coletivas que contribuam financeiramente para a atividade das empresas, num regime semelhante ao do mecenato; e ainda a implementação de medidas que desagravem fiscalmente as empresas de comunicação social.

Outra proposta é a criação de uma campanha que não só reforce a ideia de que a imprensa e as rádios locais desempenham um papel importante na salvaguarda dos valores democráticos e da memória histórica das comunidades, mas que também passe a ideia de que a sua sustentabilidade financeira é uma responsabilidade de todos – dos cidadãos individualmente, das comunidades e do setor empresarial. E, a complementar a campanha dirigida à população, defende-se a implementação de um programa de educação para os *media* que inclua a distribuição das publicações locais, desenvolvido nas escolas, aproveitando a rede de bibliotecas escolares, e no Ensino Superior, promovendo a literacia para os *media*.

No I Congresso dos Jornalistas dos Açores ficou também bem vincada a necessidade de combater a precariedade e pugnar pela defesa dos jornalistas numa situação mais fragilizada, devido a baixas remunerações e vínculos precários a órgãos de comunicação social públicos e privados, tendo também sido exigida uma atuação consequente da Comissão da Carteira Profissional para os casos de

quem exerce a profissão sem carteira ou de quem tem carteira acumulando funções incompatíveis.

UMA ASSOCIAÇÃO

Nas últimas décadas, os jornalistas dos Açores têm estado isolados e sem uma voz consistente, na Região e no país, junto da sociedade e instituições políticas, reguladoras e sindicais. Surgiu, pois, no congresso, a proposta de criar uma associação cívica, com autonomia administrativa e financeira, que extravase a vertente sindicalista e promova o diálogo entre jornalistas, e entre estes e a sociedade açoriana.

O objetivo é criar a Associação dos Jornalistas dos Açores, uma organização que una os jornalistas açorianos e os represente na defesa dos seus interesses e dos princípios da profissão; que zele pelo cumprimento do Código Deontológico; que contribua para o respeito da sociedade pela profissão; que dinamize conferências, debates, estudos, formação e iniciativas culturais e de solidariedade, e que, em colaboração com o sindicato, promova a realização regular do Congresso dos Jornalistas dos Açores, servindo também de plataforma para angariar apoios para as atividades mencionadas.

Unânime foi a ideia de que os jornalistas açorianos não devem esperar de novo 40 anos para se reunirem. Depois do I Encontro, só quatro décadas depois, se realizou o I Congresso dos Jornalistas dos Açores. Foi, pois, decidido que a estrutura regional dos Açores do Sindicato dos Jornalistas deverá definir a periodicidade do congresso, ficando desde já definido que o próximo se realize na ilha Terceira.

Findo o I Congresso dos Jornalistas dos Açores, é tempo agora de tudo fazer para que os objetivos definidos se concretizem, esperando que o tempo seja um aliado da motivação e não do esquecimento. JJ

Mário Mesquita: o jornalista, o político, o professor

Herberto Gomes

O I Congresso dos Jornalistas dos Açores homenageou Mário Mesquita em dois momentos distintos: com uma exposição no Arquipélago – Centro de Artes Contemporâneas e evocando a sua memória no encerramento do evento, que decorreu na Aula Magna da Universidade dos Açores.

A exposição sobre a vida e obra de Mário Mesquita enquanto jornalista, político e professor, decorreu paralelamente a uma mostra sobre o "1º Encontro de Jornalistas Açoreanos", realizado em Ponta Delgada de dezembro de 1983, no qual Mesquita foi um dos principais intervenientes.

Mário Mesquita estreou-se na imprensa com apenas 14 anos, no *Açoriano Oriental*, com um poema intitulado "Anseio". A sua última assinatura na imprensa seria também no mais antigo jornal português, entre maio e junho de 2022, com uma série artigos que reproduzem o seu discurso por ocasião do Doutoramento Honoris Causa que lhe foi atribuído pela Universidade Lusófona do Porto, em 2021.

A exposição destaca, entre outros, a precoce ligação de Mário Mesquita ao mundo da política e os seus contactos com o movimento oposicionista – ainda em Ponta Delgada e, depois, em Lisboa – o período da Censura/Exame Prévio quando foi jornalista do *República*. Refere-se, igualmente, o interrogatório a que foi submetido pela PIDE, em Caxias, na sequência da apreensão do seu livro "Portugal sem Salazar". A mostra inclui ainda excertos inéditos de diálogos sobre a vida pública e profissional de Mário Mesquita, a publicar em livro por João Manuel Rocha, da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa. No encontro de há cerca de 40 anos, os jornalistas açorianos queixavam-se de "ameaças à liberdade de expressão" e denunciavam "pressões e tentativas de controlo da informação" por parte dos órgãos do poder regional. Um voto de congratulação a esse evento, apresentado na altura pelo PS na Assembleia Regional dos Açores, foi rejeitado pelo PSD. 40 anos depois, PSD e CDS apresentaram votos de congratulação ao I Congresso dos Jornalistas Açorianos. Ambos foram aprovados por unanimidade. JJ

A teia do BANIF
ANTÓNIO JOSÉ VILELA
Casa das Letras, 2023

Paulo Martins

Fosse "A teia do BANIF" um simples "cozinhado" de reportagens publicadas por António José Vilela na *Sábado* e já seria mais do que suficiente para mobilizar o interesse do leitor. Sucede que não se limita a "rentabilizar" o seu trabalho de jornalista de investigação. Para o mergulho na complexa realidade descrita, recorre a uma multiplicidade de fontes – de processos judiciais a despachos, de correspondência trocada a autos de declarações e outras diligências investigatórias. Mais importante ainda: para avaliação pública, de forma transparente, anexa um conjunto de documentos nos quais baseou.

O subtítulo do livro não podia ser mais explícito: "Dos negócios da elite angolana à Lava Jato. Os planos secretos de um banco maldito". Partindo da tentativa de compra de 49% do BANIF e de uma queixa apresentada em Portugal pelas autoridades angolanas – da qual viriam, posteriormente, a desistir – a obra embrenha-se numa intrincada rede de ligações cujo centro é um pequeno banco "onde muitos interesses se cruzaram longe de olhares indiscretos". Os casos entrelaçam-se de tal maneira uns nos outros que, uma vez ou outra, o esforço de "arrumar" informação dispersa não chega para seguir o fio da meada. O todo acaba por ser muito maior do que a soma das partes. O que não é estranho porque, como escreve João Paulo Batalha no prefácio, sempre que o autor "puxa uma pena, sai uma galinha".

Não é apenas pela abordagem de casos de corrupção no campo da finança, com protagonistas cujo nome é familiar, que o livro adquire relevância. É também pelos métodos usados pelo jornalista para navegar num mar encapelado, em que o escrutínio das fontes se impõe como regra não removível, sob pena de dar o flanco. Profundo conhecedor de leis, como o Código Penal, que enquadram o Jornalismo de investigação, António José Vilela também alude à audição de visados em reportagens, como um juiz a quem facultou um relatório da Polícia Judiciária para se pronunciar acerca de uma situação que o envolvia.

Sem hesitar, identifica um consultor de comunicação que oferecia "via verde" na Imprensa, provavelmente apenas para se valorizar junto dos clientes, e denuncia, chamando os bois pelos nomes, pressões exercidas por um advogado que ousou entrar no terreno pessoal para o condicionar. O personagem, que publicamente condenava a violação do segredo de justiça pelos *media*, fazia questão de cultivar relações próximas com jornalistas, para mover influências.

Um senão, natural numa narrativa com diversas dimensões: a referência à filiação maçónica de algumas figuras, aliás secundárias, que não se afigura pertinente. Será explicável pelo "contágio" com um livro do autor sobre o universo maçónico.

Concorde-se ou não com a afirmação do prefaciador, algo catastrofista, de que a democracia portuguesa está "corroída pela corrupção", é indiscutível que tem razão ao apresentar "A teia do BANIF" como "uma celebração do jornalismo como missão de serviço público". Até porque, como também assinala, não se trata apenas de "uma narração de golpes e contragolpes", nem somente de "um retrato detalhado de proximidades entre polícias e ladrões, entre gangsters e banqueiros". É muito mais do que isso, sobretudo por concretizar o que se espera dos jornalistas: que, munidos de informação, incentivem o exercício de uma cidadania ativa.

> A obra concretiza o que se espera dos jornalistas: que, munidos de informação, incentivem a cidadania ativa

Por Mário Rui Cardoso > mario.cardoso@rtp.pt

https://obercom.pt/digital-news-report-portugal-2023

DIGITAL NEWS REPORT 2023: CONFIANÇA NAS NOTÍCIAS EM QUEDA

Há muita substância no último "Digital News Report", o inquérito anual do Reuters Institute for the Study of Journalism (https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk) sobre o consumo de notícias em formato digital. O documento indica que há "um declínio do interesse por notícias num grande número de países, particularmente entre os mais jovens", observando-se igualmente "uma percentagem elevada de inquiridos que dizem que evitam seletivamente as notícias". O estudo, efetuado em 46 países, também constata que "a confiança nas notícias continuou a cair em muitos países, na medida em que a ligação de grande parte do público ao Jornalismo continuou a desgastar-se".

De registar, ainda, o facto de haver cada vez menos gente a procurar as notícias, entrando diretamente pelos sites e aplicações de notícias. Plataformas de vídeo como o TikTok (www.tiktok.com), o Instagram (www.instagram.com) ou o YouTube (www.youtube.com), ganham influência como fontes de informação, sobretudo entre os jovens, enquanto o Facebook (www.facebook.com) recua, registando-se, concomitantemente, um declínio da participação das pessoas nos conteúdos noticiosos, traduzido em menos partilhas e comentários.

Por partes, no que se refere ao interesse e à confiança nas notícias, verifica-se que, em 2017, 63% dos inquiridos diziam estar "muito ou extremamente interessados" em conteúdos noticiosos, enquanto em 2023 são apenas 48% a afirmá-lo. Este crescente desinteresse por notícias está presente num grande número de países, particularmente entre os escalões etários mais jovens, e é acompanhado por múltiplas referências dos inquiridos ao facto de as notícias serem "muito repetitivas" ou muito "exaustivas emocionalmente". O que conduz, como também se refere no estudo, "a uma percentagem elevada de pessoas (36%) que dizem evitar seletivamente notícias, "às vezes ou com frequência". Foram detetadas evidências de que o público continua a evitar, de forma seletiva, histórias importantes, como a guerra na Ucrânia e a crise associada ao custo de vista, "na tentativa de reduzir o consumo de notícias que consideram deprimentes e proteger a sua saúde mental", pode ler-se no relatório da Reuters Institute for the Study of Journalism.

Em geral, nos 46 países analisados, a confiança nas notícias caiu dois pontos percentuais relativamente à análise realizada no ano anterior. Apenas quatro em cada dez inquiridos disseram "confiar na maior parte das notícias, a maior parte do tempo", registando-se que a Finlândia continua a ser o país com os níveis de confiança mais elevados (69%) e a Grécia aquele que apresenta os mais baixos (19%). Entre os que evitam notícias, o relatório aponta que cerca de metade (53%) tenta evitar "todas as notícias de uma forma periódica", enquanto outros "reduzem a quantidade de vezes que olham para as notícias" (52%) ou "evitam tópicos difíceis" (32%).

No que toca à forma como geralmente se acede aos conteúdos noticiosos em formato digital, o Digital News Report 2023 fornece "evidências de que as audiências de notícias estão a tornar-se mais dependentes das plataformas sociais, pressionando ainda mais os modelos de negócio baseados em anúncios e assinaturas de organizações de *media*, num momento em que os gastos das famílias e das empresas estão a ser espremidos".

O número daqueles que afirmam que o seu principal ponto de acesso aos conteúdos é diretamente uma aplicação ou um site de notícias caiu de 32%, em 2018, para apenas 22%, em 2023. São as redes sociais baseadas em vídeo, como o YouTube, o Instagram e, sobretudo, o TikTok, que

ganham cada vez maior preponderância entre os utilizadores, incluindo como forma de aceder a notícias.

O TikTok, usado por 44% dos jovens da faixa etária entre os 18 e os 24 anos, foi a rede social que mais cresceu, com 20% dos que a utilizam para múltiplas finalidades a indicarem que o fazem também para tomar contacto com notícias. Já o Facebook está a tornar-se "muito menos importante como fonte de notícias" - apenas 28% dizem ter tido acesso a notícias via Facebook em 2023, o que compara com 42% em 2016.

De notar, também, que os interesses e as fontes de informação tendem a ser diferentes, consoante se opta preferencialmente por umas plataformas ou por outras. Assim, "os utilizadores do TikTok, Instagram e Snapchat tendem a prestar mais atenção a celebridades e influenciadores das redes sociais do que a jornalistas ou empresas de *media*, quando se trata de tópicos de notícias, em contraste com as redes sociais Facebook e Twitter, onde ainda são as empresas de notícias que atraem as atenções e lideram as conversas". A quebra de importância do Facebook como porta de entrada para conteúdos noticiosos tem sido igualmente acompanhada por um declínio nos comentários e partilhas de notícias. Apenas 22% dos inquiridos declararam ser "participantes ativos" nos conteúdos noticiosos, comentando-os ou partilhando-os, e 47% disseram que não participam de todo. Um sublinhado, também, para a quantidade significativa de inquiridos (35,7%) que indica como "positivo" o facto de receber notícias previamente selecionadas por algoritmos.

A parte do estudo referente a Portugal foi, como habitualmente, desenvolvida pelo OberCom - Observatório da Comunicação (https://obercom.pt) e apresenta resultados igualmente interessantes. Portugal continua a ser um dos mercados onde menos se paga por notícias online. Apenas 11% dos inquiridos pagam por conteúdos noticiosos, face a uma média global de 17%. Mas há 27% de portugueses a afirmarem que estariam dispostos a pagar "se o preço fosse mais acessível" e 16,5% disponíveis para "pagar um serviço que permitisse aceder a vários sites de notícias em simultâneo" - Noruega e Suécia são os países onde mais se paga por notícias online, respetivamente 39% e 33%.

Em Portugal, usa-se o Facebook (33,2%), o YouTube (29,2%) e os sites e aplicações de notícias (27,1%) como principais pontos de acesso a conteúdos noticiosos, com os podcasts também a consolidarem-se no consumo de *media* dos portugueses: mais de um terço dos inquiridos (38%) escutaram algum podcast no mês anterior - 36%, a nível global, são consumidores do formato. Em Portugal, também se tende a preferir menos texto do que na média dos países abrangidos pelo inquérito do Reuters Institute for the Study of Journalism - 50% e 57%, respetivamente. Os portugueses dão preferência a vídeos noticiosos (34% contra 30% de média) e ao áudio, seja rádio em direto ou "podcasts" (16% contra 13% de média).

https://constructiveinstitute.org/how/contributions/solutions-to-news-avoidance

COMO EVITAR A FADIGA INFORMATIVA

Estudos sucessivos têm evidenciado que, apesar de haver hoje mais conteúdos noticiosos disponíveis do que nunca, há cada vez mais gente que ou não consome notícias, as consome de forma muito limitada ou até as evita. Esses estudos mostram, também, que as pessoas que evitam intencionalmente as notícias fazem-no por as considerarem "demasiado negativas", por "não confiarem nelas" ou por se sentirem "esmagadas pela quantidade de informação disponível".

Partindo da tese de que "este é um problema também para a democracia, dado que, em geral, o consumo de notícias tem impactos positivos no conhecimento que a pessoa tem da sociedade e no seu nível de envolvimento e participação política" - sendo, por isso, necessário revigorar o consumo de notícias - Morten Skovsgaard e Kim Andersen, professores da Universidade do Sul da Dinamarca e da Universidade de Gotemburgo, sugerem, em artigo no site do Constructive Institute, o que fazer para voltar a interessar as pessoas pelas notícias.

O que se propõe são autênticos ovos de colombo: notícias construtivas, baseadas nos factos, transparentes e transmitidas em narrativas lentas. O conceito de Jornalismo construtivo, de Skovsgaard e Andersen, foca-se numa "abordagem aos problemas pelo lado das soluções, apresentando-se exemplos positivos que possam servir de inspiração para a forma de lidar com os desafios". "Substituir nos leitores a sensação de desconforto e impotência face às notícias por um sentimento de esperança e uma vontade de intervir socialmente" é o objetivo. Morten Skovsgaard lidera um projeto de investigação em Jornalismo construtivo na televisão regional dinamarquesa TV 2/Fyn (https://www.tv2fyn.dk).

Quanto à falta de confiança nas notícias, defendem os investigadores, "tem a ver, muitas vezes, com a perceção de que os jornalistas não são isentos e não dizem a verdade". Para contrariar essa perceção, os autores sugerem que se faça sempre "a distinção clara entre o que é opinião e o que é Jornalismo baseado em factos inquestionáveis". Outro caminho possível é "aumentar a transparência", fornecendo às pessoas a possibilidade de verificarem por si próprias a informação em que se baseiam as histórias e perceberem como os jornalistas as constroem.

Para o fluxo avassalador de informação, que também contribui para a fadiga informativa crescente, Skovsgaard e Andersen sugerem que se "trave a aceleração do ciclo de notícias", apostando em "informação lenta", que ofereça contexto às notícias, e em "resenhas noticiosas" que ajudem as pessoas a identificar as histórias mais importantes entre a voragem informativa diária.

Os algoritmos também têm um papel no modelo de Skovsgaard e Andersen. Para os casos em que as pessoas evitam as notícias não de forma intencional, mas apenas porque preferem outros conteúdos - normalmente de entretenimento - é proposta a utilização de algoritmos programados para gerar sugestões de conteúdos noticiosos que possam interessar a essas pessoas, sugestões que lhes surgem quando navegam nas redes sociais ou assistem a vídeos na Internet. JJ

INATEL FUNDAÇÃO

Establishment complying with Health Measures · Portugal
Clean & Safe
TURISMO DE PORTUGAL

INATEL outono

experiências turísticas para todos

VIAGENS DE SETEMBRO A DEZEMBRO

6 DIAS | 5 NOITES

CONHEÇA PORTUGAL DE NORTE A SUL COM A FUNDAÇÃO INATEL

Mais informações: turismo.inatel.pt | consulte a sua INATEL Local | turismo@inatel.pt | 210 027 000 (chamada para a rede fixa nacional)

FUNDAÇÃO **INATEL** | INOVAÇÃO SOCIAL | TURISMO | DESPORTO | CULTURA

apifarma
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA

COMPROMISSO COM AS PESSOAS

PARA MAIS E MELHOR VIDA

OS MEDICAMENTOS INOVADORES PERMITEM QUE HOJE VIVAMOS MAIS, COM MAIS SAÚDE E MAIS QUALIDADE DE VIDA.

+ 10 anos
esperança de vida

+ 110 mil
mortes evitadas

560 M€
poupança anual no Sistema de Saúde

* Impacto dos medicamentos inovadores em Portugal no tratamento de 8 doenças no período entre 1990 e 2015.